



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 032

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 26 DE ABRIL DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Mauro Moraes
PPS	Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PSL** - 01: Luiz Carlos Martins.

SUMÁRIO

SESSÃO 032	02
Lista de presenças.....	02
Expediente:	
Requerimentos	03
Projetos de Lei	09
Grande Expediente:	
Sra. Nitis Jacon	15
Dep. Elzas Correia	18
Pequeno Expediente:	
Dep. Elton Carlos Welter	19
Dep. Plauto Miró Guimarães	20
Dep. Cleiton Kielse.....	20
Dep. Neivo Beraldin	21
Dep. Elza Correia.....	22
Horário das Lideranças:	
Liderança do PSB: Dep. José	
Domingos Scarpellini	23
Liderança do PP: Dep. Geraldo	
Cartário	24
Liderança do PDT: Dep. Barbosa	
Neto.....	25
Liderança do PSDB: Valdir	
Rossoni.....	26
Liderança do PMDB: Dep. Rafael	
Greca.....	28
Liderança da Oposição: Dep. Valdir	
Rossoni.....	27
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	29
Discussão / Votação	30
3ª Discussão	30
2ª Discussão	30
1ª Discussão	30
Requerimentos	35
Ordem do Dia da próxima Sessão.....	36

032ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 032ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2005

(terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Cesar Seleme e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dúflio Genari, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (50). Achando-se ausentes os seguinte Srs. Deputados: Nereu Moura, André Vargas, Durval Amaral e Padre Paulo Campos (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO ORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual

foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1073

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final aos projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 1070

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa a designação de missão oficial para a signatária representar a Assembléia Legislativa, nos dias 09, 10 e 11 de maio (segunda, terça e quarta-feira), quando estará participando das comemorações do 58º aniversário da cidade de Maringá e também dos 35 anos de fundação da UEM - Universidade Estadual de Maringá. (Sem ônus para a Assembléia Legislativa).

Requer, outrossim, seja feita a justificativa de falta às Sessões Extraordinárias previstas para aquelas datas.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1052

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Helga Sefrin, ocorrido em 23.04.2005, no Município de Medianeira.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos filhos: Ieda, Alcio, Marlise, Suzana, Alceu, Maria Elena, Edson, Pedro e Paulo, no seguinte endereço: Rua Minas Gerais, 3093, Município de Medianeira - CEP 85.887-000 - A/C de Maria Helena.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1071

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações à empresa TECHSTONE, que completa neste mês dez anos de sua fundação.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, em nome do Diretor da Techstone, Paulo Pires de Souza, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1039

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao Município de Capitão Leônidas Marques, pela passagem de seus 41 anos de emancipação política no próximo dia 28 de abril de 2005.

Requer outrossim que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Claudiomiro Quadri, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. José Odair Campigotto, assim como a todos os Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande alegria que toda a população do Município de Capitão Leônidas Marques irá comemorar festivamente o transcurso de seus 41 anos.

A homenagem que, através desta proposição queremos prestar ao Município de Capitão Leônidas Marques, por ocasião de mais um aniversário de sua emancipação política, será das mais expressivas pelo nosso reconhecimento ao trabalho desenvolvido em prol da grandeza de toda a região.

Nada mais confortante para nosso espírito cívico e a nossa fé no Paraná, que saudar efusivamente a população de Capitão Leônidas Marques na data magna da comemoração dos 41 anos de emancipação política, cujos administradores de todos os tempos foram e são capazes de encarar a confiança de todos com a invencível segurança transmitida por uma longa e gloriosa tradição de serviços prestados. Uma confiança temperada por inúmeras experiências em que os homens e as mulheres dão vida à administração municipal puderam e podem testar com sucesso sua capacidade de resolver os problemas e vencer os desafios colocados por município em permanente transformação.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associa-se às homenagens devidas ao Município de Capitão Leônidas Marques no transcurso de seus 41 anos, parabenizando a todos na data tão significativa.

REQUERIMENTO Nº 1040

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao Município de Guaratuba, pela passagem de seus 234 anos de emancipação política no próximo dia 29 de abril de 2005.

Requer outrossim que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal Miguel Jamur, ao Vice-Prefeito, Sr. Everson Ambrósio Kravetz, bem como a todos os senhores Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A homenagem que, através desta proposição queremos prestar ao Município de Guaratuba, por ocasião de mais um aniversário de sua emancipação política, será das mais expressivas pelo nosso reconhecimento ao trabalho desenvolvido em prol da grandeza de toda a região.

Nada mais confortante para nosso espírito cívico e a nossa fé no Paraná, que saudar efusivamente a população de Município de Guaratuba na data magna da comemoração dos 234 anos de emancipação política, cujos administradores de todos os tempos foram e são capazes de encarar a confiança de todos com a invencível segurança transmitida por uma longa e gloriosa tradição de serviços prestados.

Uma confiança temperada por inúmeras experiências em que os homens e as mulheres dão vida à administração municipal puderam e podem testar com sucesso sua capacidade de resolver os problemas e vencer os desafios colocados por município em permanente transformação.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associa-se às homenagens devidas ao Município de Guaratuba no transcurso de seus 234 anos, parabenizando a todos na data tão significativa.

REQUERIMENTO Nº 1053

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa ao Dr. Paulo Roberto Ferreira Silveira, pelos seus excelentes serviços prestados na área jurídica e à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1054

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa ao Dr. Otto Carlos Pohl, pelos seus excelentes serviços prestados na área jurídica e à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1065

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Roberto Morita.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1069

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor e congratulações ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião pelos investimentos implementados em todo território paranaense, com destaque para a Região Metropolitana de Curitiba e, em especial, ao Município de Fazenda Rio Grande, articulando os programas estaduais de ações sociais, como o Caminho da Roça e a Casa do Índio, e investindo recursos do Estado em pavimentação nas vias públicas, restauração e conservação de rodovias estaduais, saneamento básico, terminais rodoviários, canchas esportivas cobertas, além de entrega de ambulâncias, equipamento para o Corpo de Bombeiros, construção de escolas estaduais, postos de saúde, entre outras iniciativas que impulsionam a qualidade de vida da população paranaense.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Durante esses anos de Governo de Roberto Requião, o Paraná vem contemplando implantação de diversos programas de ações sociais e de implementação de infra-estrutura, como o maior programa que se encontra em curso: de restauração e conservação de rodovias estaduais em execução - através da Secretaria dos Transportes/DER - e que jamais foi realizado na malha viária paranaense, com gastos previstos de oitocentos milhões para recuperar quatro quilômetros de estrada, até o ano de 2006.

Agora mesmo, o Governo está anunciando o início de obras de asfalto e terminais na Região Metropolitana de Curitiba, com investimento no valor de R\$ 114.188.405,40. Para a Fazenda Rio Grande, o aporte financeiro destinado é na ordem de cinco milhões para o asfalto. Isto lembrando que outros cinco milhões já fora destinados à construção de escolas estaduais e postos de saúde no Município.

A SANEPAR está investindo na Fazenda Rio Grande mais cinquenta milhões em construção de rede e

tratamento de água, além da rede coletora de esgoto e estação de tratamento, cujo edital para concorrência internacional estará sendo lançado nesse final de mês de abril.

E tem mais, o Paraná está solicitando mais R\$ 45,7 milhões junto ao Ministério das Cidades para obras de saneamento em Municípios da Região Metropolitana de Curitiba. Serão investidos nestes Municípios: R\$ 12,3 milhões para ampliação de sistema de água e R\$ 33,4 milhões em sistema de esgoto.

Outra iniciativa social: o Governador Roberto Requião quer uma participação mais ampla e efetiva da Secretaria dentro do sistema penitenciário, com prioridade aos cursos profissionalizantes, pois a recuperação dos presos só é possível por meio da educação e do trabalho.

Tem ainda quatorze hospitais do Paraná que receberam mais de 1,5 milhão em equipamentos para gestão e nascidos de alto risco. A entrega simbólica foi feita no Palácio Iguaçu pelo Governador Roberto Requião e pelo Secretário da Saúde, Cláudio Xavier. Os equipamentos fazem parte do Programa de Geração de Alto Risco do Governo.

Este programa tem como objetivo diminuir os índices de mortalidade materno-infantil no Estado. Ao todo mais de seis milhões em equipamentos já foram distribuídos para hospitais em todo o Estado. Foram entregues quatro caminhões. Um deles irá para a Central de Medicamentos do Paraná CEMEPAR e os outros três para o Departamento de Material e Patrimônio da Secretaria. Os veículos serão utilizados para o transporte de equipamentos e medicamentos. O investimento para aquisição dos automóveis - armas e veículos - para a Segurança Pública (policiais civis, militares e Corpo de Bombeiros), e construção de canchas cobertas em vários Municípios do Estado também estão dentro do cronograma de atividades do Governo do Estado.

REQUERIMENTO Nº 1041

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o douto Plenário desta Casa Legislativa, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a edição de convênio com o Município de Dois Vizinhos para implantação de calçamento com pedras irregulares (revestimento poliédrico) no trecho de aproximadamente cinco quilômetros que liga a comunidade Linha Benet até o calçamento que liga a sede do Município a São Pedro dos Poloneses.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Esta obra significa muito para todos os membros da comunidade de Linha Benet, na zona rural de Dois Vizinhos, pois trará facilidades para o escoamento da produção agropecuária e avícola ali instalada. Referida estrada encontra-se revestida com cascalho, estando por-

tanto a base pronta para receber a pedra irregular, necessitando apenas de algumas correções de nível.

Assim sendo, contamos com a compreensão de todos e aprovação do presente requerimento, em benefício de todas as famílias que compõem a comunidade de Linha Benet, no Município de Dois Vizinhos.

REQUERIMENTO Nº 1042

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o douto Plenário desta Casa Legislativa, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a edição de convênio com o Município de Dois Vizinhos para implantação de calçamento com pedras irregulares (revestimento poliédrico) no trecho de aproximadamente três quilômetros que liga a comunidade de Barra do Lageado Grande até a rodovia asfaltada que liga Dois Vizinhos a São Jorge d'Oeste.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Sras. Deputados e Sras. Deputadas:

Esta obra significa muito para todos os membros da comunidade de Barra do Lajeado Grande, na zona rural de Dois Vizinhos, pois trará facilidades para o escoamento da produção agropecuária e avícola ali instalada. Referida estrada encontra-se revestida com cascalho, estando portanto a base pronta para receber a pedra irregular, necessitando apenas de algumas correções de nível.

Assim sendo, contamos com a compreensão de todos e aprovação do presente requerimento, em benefício de todas as famílias que compõem a comunidade de Barra do Lajeado Grande, no Município de Dois Vizinhos.

REQUERIMENTO Nº 1043

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o douto Plenário desta Casa Legislativa, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a edição de convênio com o Município de Dois Vizinhos para implantação de calçamento com pedras irregulares (revestimento poliédrico) no trecho de aproximadamente dois quilômetros que liga a comunidade Linha Tártari até o calçamento que liga a sede do Município a São Pedro dos Poloneses.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Esta obra significa muito para todos os membros da comunidade de Linha Tártari, na zona rural de Dois Vizinhos, pois trará facilidades para o escoamento da produção agropecuária e avícola ali instalada. Referida estrada encontra-se revestida com cascalho, estando por-

tanto a base pronta para receber a pedra irregular, necessitando apenas de algumas correções de nível.

Assim sendo, contamos com a compreensão de todos e aprovação do presente requerimento, em benefício de todas as famílias que compõem a comunidade de Linha Tártari, no Município de Dois Vizinhos.

REQUERIMENTO Nº 1045

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o douto Plenário desta Casa Legislativa, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a edição de convênio com o Município de Dois Vizinhos para implantação de calçamento com pedras irregulares (revestimento poliédrico) no trecho de aproximadamente três quilômetros que liga a comunidade de Santa Lúcia até o calçamento que liga a sede do Município a São Pedro do Sul.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Esta obra significa muito para todos os membros da comunidade de São Pedro do Sul, na zona rural de Dois Vizinhos, pois trará facilidades para o escoamento da produção agropecuária e avícola ali instalada. Referida estrada encontra-se revestida com cascalho, estando portanto a base pronta para receber a pedra irregular, necessitando apenas de algumas correções de nível.

Assim sendo, contamos com a compreensão de todos e aprovação do presente requerimento, em benefício de todas as famílias que compõem a comunidade de São Pedro do Sul, no Município de Dois Vizinhos.

REQUERIMENTO Nº 1046

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o douto Plenário desta Casa Legislativa, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a edição de convênio com o Município de Dois Vizinhos para implantação de calçamento com pedras irregulares (revestimento poliédrico) no trecho de aproximadamente dois quilômetros que liga a comunidade de Santa Lúcia até a rodovia asfaltada Dois Vizinhos/Francisco Beltrão, na comunidade de Cristo Rei, divisa com o Município de Enéas Marques.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Esta obra significa muito para todos os membros da comunidade de Santa Lúcia, na zona rural de Dois Vizinhos, pois trará facilidades para o escoamento da produção agropecuária e avícola ali instalada. Referida estrada encontra-se revestida com cascalho, estando portanto a base pronta para receber a pedra irregular, necessitando apenas de algumas correções de nível.

Assim sendo, contamos com a compreensão de todos e aprovação do presente requerimento, em benefício de todas as famílias que compõem a comunidade de Santa Lúcia, no Município de Dois Vizinhos.

REQUERIMENTO Nº 1050

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o douto Plenário desta Casa Legislativa, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a edição de convênio com o Município de Dois Vizinhos para implantação de calçamento com pedras irregulares (revestimento poliédrico) no trecho de aproximadamente quinhentos metros que da acesso a Igreja (sede da comunidade) de Boa Vista do Chopim até a rodovia que liga a Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Esta obra, de pequeno porte, significa muito para todos os membros da comunidade de Boa Vista do Chopim, pois a sede da mesma, onde está a Igreja, o pavilhão de festas e outras estruturas da comunidade fica localizada a apenas quinhentos metros da rodovia asfaltada que liga Dois Vizinhos a São Jorge d'Oeste. Ocorre que a inexistência de um revestimento poliédrico ou asfáltico traz muitas dificuldades de acesso até a sede da comunidade.

Assim sendo, contamos com a compreensão de todos e aprovação do presente requerimento, em benefício de todas as famílias que compõem a comunidade de Boa Vista do Chopim, no Município de Dois Vizinhos.

REQUERIMENTO Nº 1048

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o douto Plenário desta Assembléia Legislativa, REQUER seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a edição de convênio com o Município de Dois Vizinhos, objetivando a implantação de revestimento poliédrico (calçamento com pedras irregulares) no trecho de estrada que liga a comunidade de São Roque até a comunidade de Empossado, no Município de Dois Vizinhos, passando pela comunidade de Quatro Irmãos, numa extensão aproximada de oito quilômetros.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Esse trecho de estrada encontra-se revestido com cascalho (revestimento primário) há vários anos, o que faticará a implantação de calçamento com pedras irregulares, pois a base está pronta, necessitando apenas de nivelamento. Outrossim, o que justifica a necessidade de revestimento poliédrico que são vários os aviários de postura da integração SADIA existentes nessa região, e o

transporte dos mesmos até a incubadora, instalada junto à empresa, é necessário que tenha o menor impacto possível, para ampliar a eclosão dos ovos e o conseqüente nascimento dos pintainhos.

Assim sendo, solicitando a aprovação dos nobres Deputados no sentido de que seja encaminhado o presente requerimento à Secretaria dos Transportes, objetivando o atendimento à justa reivindicação por parte do Secretário Waldyr Pugliesi, que tão bem coordena as ações daquela Pasta.

REQUERIMENTO Nº 1049

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o douto Plenário desta Casa Legislativa, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando sejam tomadas providências cabíveis no sentido de que sejam concluídos os seguintes trechos de revestimento poliédrico (calçamento com pedras irregulares) no Município de Dois Vizinhos.

1 - Fábrica da Latreille até a comunidade de Empossado - falta aproximadamente seis quilômetros - obra objeto de convênio anterior, paralisada;

2 - Sede do Município até a comunidade de Flor da Serra - falta aproximadamente três quilômetros - obra objeto de convênio anterior, paralisada;

3 - São Pedro dos Poloneses, passando por Linha Conrado até Nossa Senhora do Ampara - falta aproximadamente oito quilômetros - obra objeto de convênio anterior, paralisada.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Mencionados trechos de estrada foram objeto de convênios anteriormente firmados entre a Secretaria dos Transportes/DER e o Município de Dois Vizinhos e foram iniciados e parcialmente executados. Com a troca de Governo, essas obras foram paralisadas e assim permanecem até o momento.

Solicitamos do nobre Secretário Waldyr Pugliesi que analise a situação de cada convênio e, na possível vigência dos mesmos, seja autorizado o reinício das obras, todas de suma importância para o escoamento da produção agrícola e pecuária da região de abrangência.

REQUERIMENTO Nº 1047

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o douto Plenário desta Assembleia Legislativa, REQUER seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a edição de convênio com o Município de Dois Vizinhos, objetivando a implantação de recape asfáltico sobre pedra irregular, no trecho que liga a cidade de Dois Vizinhos até a fábrica

de jeans da LATREILLE, numa extensão de aproximadamente dois quilômetros.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

O recapeamento asfáltico nesse trecho é de vital importância no sentido de facilitar o transporte de tecidos e o escoamento da produção da fábrica de jeans da Latreille, indústria de elevado conceito em nível nacional, que produz, entre outras, a grife Zezé de Camargo e Luciano, empregando mais de oitocentas pessoas!

Com a implantação da obra, solicitamos também que seja construída uma ciclovia e passeios para o trânsito especialmente dos funcionários da mencionada fábrica. Atualmente o trajeto é revestido com pedras irregulares, fato esse que minimiza o custo do recapeamento asfáltico ora pretendido.

Assim sendo, solicito a compreensão e aprovação dos nobres Parlamentares, para que tenhamos oportunamente o atendimento por parte do Secretário Waldyr Pugliesi, que brilhantemente comanda as ações da Secretaria de Estado dos Transportes do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1044

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o douto Plenário desta Assembleia Legislativa, REQUER seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a implantação de recapeamento asfáltico sobre pedra irregular no trecho de estrada que liga a rodovia Dois Vizinhos a Francisco Beltrão até as comunidades de São Valentim e Santa Lúcia, numa extensão aproximada de sete quilômetros.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Este trecho de estrada encontra-se revestido com pedras irregulares há aproximadamente vinte anos. Ocorre que, com o tráfego intenso de veículos com carga, esse revestimento foi sendo danificado, e por ser um trecho que dá acesso a comunidades rurais fortes na produção agropecuária e avícola do Município de Dois Vizinhos, necessita de melhores condições de tráfego para o escoamento dessa produção.

Assim sendo, solicitamos a aprovação dos nobres Deputados, no sentido de que seja encaminhado o presente requerimento à Secretaria dos Transportes, objetivando o atendimento à justa reivindicação por parte do Secretário Waldyr Pugliesi, que tão bem coordena as ações daquela Pasta.

REQUERIMENTO Nº 1064

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Delegado-Chefe

do Instituto de Identificação do Estado do Paraná, Dr. Luiz Fernando Vianna Artigas, solicitando agilidade na confecção de Carteiras de Identidade (Registro Geral), já que as pessoas estão esperando até cinco meses para receber o documento no Instituto de Identificação em Londrina.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1060

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve pede ao Sr. Governador do Estado que determine à Secretaria da Saúde, através do Sr. Secretário D. Cláudio Xavier, o credenciamento em Centro de Alta Complexidade em Oncologia - CACON I - do Hospital da Providência, das Irmãs Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo, tradicional estabelecimento benemérito da Cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O pedido para credenciamento do Hospital da Providência de Apucarana em centro de Alta Complexidade em Oncologia, CACON I, está tramitando na burocracia estadual desde 4 de dezembro de 2003, através do processo nº 5.428.613-9.

Será muito útil e inteligente dotar a 16ª Regional de Saúde de um centro oncológico, já que hoje a população é encaminhada à Regional de Londrina.

Desnecessário dizer do conforto e até da misericórdia para com os cancerosos contida neste pedido a nós encaminhado pela Reverenda Irmã de Caridade Iracema Vujanski, Diretora Geral do Hospital da Providência (fone 43 3420-1445, faz 43 3420-1401, hospital sito à rua Rio Branco, 518, em Apucarana).

REQUERIMENTO Nº 1061

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve pede seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, para que determine ao Secretário da Segurança Pública do Paraná, o rigor na apuração do crime, ocorrido às 21h45min do dia 19 de abril, na rua Desembargador Izaías Bevilacqua, imediações da Rua Fernando Simas, nas Mercês, na Cidade de Curitiba, onde foi brutalmente assassinado o engenheiro e empresário Gelson Lafitte Kopruszinski, de 47 anos, após tentativa de assalto a seu carro. Pede ainda a esta Assembléia que registre em seus Anais profundo pesar pela infausta ocorrência.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O empresário e engenheiro Gelson Kopruszinski, dono da LazaerFlex Industrial e empresa subsidiária, empregador de 150 pessoas em Pinhais, deixou viúva a arquiteta Tânia Kopruszinski e dois filhos menores.

Foi executado, após tentativa frustrada de assalto, por um suposto assaltante que o teria perseguido por mais de um quarteirão até executá-lo com um tiro no peito, no meio da rua, e já fora do seu veículo.

A brutalidade, violência e tristeza do episódio pedem apuração policial rigorosa.

REQUERIMENTO Nº 1062

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve pede ao Sr. Governador do Estado que determine às Secretarias da Cultura e do Meio Ambiente - sobremaneira ao Instituto Ambiental do Paraná, IAP - que considerem patrimônio cultural e efetivo do Paraná, a Missa da Paz no morro do Anhangava, em Quatro Barras, tradicionalmente realizada pelo povo, através da Paróquia local, a cada 1º de maio.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O IAP tem tentado proibir a realização da tradicional cerimônia religiosa no morro do Anhangava por considerá-la atentatória contra o Parque Estadual da Serra da Baitaca, criado pelo Governador Lerner, por decreto de 5 de junho de 2002.

Sucedem que a Missa da Paz no Anhangava remonta a maio de 1945, quando iniciou-se a tradição de romaria ao alto daquele morro. A missa é ali celebrada desde 1951.

O Sr. André Andreatta, logo seguido por outros moradores da Borda do Campo, fez erguer "Via Sacra" no Anhangava, há sessenta anos, memorial das vítimas da Grande Guerra Mundial.

O moderno conceito de preservação de patrimônio, ambiental ou cultural - pela Convenção de Veneza - pede a adesão da população local. Nada pode ser conservado se não for com anuência do local.

Proibir a tradição, ao revés de consolidar o novo Parque, coloca-o em oposição à identidade local.

Convém considerar a tradição da festa, demarcar caminhos, estabelecer fiscalização de limites e não, apenas, ir contra o povo.

REQUERIMENTO Nº 1059

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve, respeitosamente pede à Assembléia Legislativa que oficie ao douto Ministério Público, na pessoa do Senhor Promotor do Meio Ambiente, Sant Clair Honorato Santos, com o seguinte pedido de informações:

I - Porque, em Guaratuba, apenas a Marina Porto Estaleiro está sendo questionada e embargada por processo judicial, se existem sete outras marinas em iguais condições?

II - Não se aplica a esta marina, pelos empregos e renda que gera, o previsto no Código Florestal de que "em áreas de preservação permanente é permitida a ocu-

pação por interesse social ou utilidade pública? Não seria o equipamento turístico de utilidade pública e interesse social?

Envie-se cópia deste pedido de informações ao Sr. Governador do Estado, ao Secretário de Estado do Meio Ambiente, e ao Presidente do IAP - Instituto Ambiental do Paraná, ao Secretário de Turismo, ao Presidente da Paraná Turismo, bem como ao Sr. Prefeito de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A baía de Guaratuba possui sete marinas na sua orla. Iate Clube de Guaratuba, Iate Clube de Caiobá, Marina do Sol, Porto Marina, Marina Vela e Mar, Marina J. Santos e a Porto Estaleiro Associação Náutica, destas, consta que apenas uma está sendo embargada na Justiça, por denúncia do Ministério Público do Meio Ambiente, leia-se promotores Licílio de Held (de Guaratuba) e Saint Clair Honorato Santos (do Meio Ambiente). O proprietário da Porto Estaleiro, João Bosco Azevedo, não aceita o embargo, e está recorrendo através de petição da advogada Marlene Zanin.

Argumenta que não destruiu manguezais nativos, nem prejudicou a natureza, por usar terreno já desbravado, com faixa costeira que pertenceu, nos anos cinquenta, aos estaleiros Guará, responsáveis pela construção dos velhos ferry-boats pioneiros, idealizados pelo engenheiro Lolô Cornelsen.

Ninguém entende por que não aceitarmos as marinas, pelo menos em um percentual de cada orla?

Afinal, existem em todos os países onde o turismo é prioritário. Geram empregos e renda.

É só considerar os marinheiros engajados, zeladores de limpeza e conservação de barcos, operadores de pátio, pessoal administrativo, guias turísticos, mecânicos, estofadores, eletricitas e pintores de embarcações. Só na baía de Guaratuba devem ser cinco mil empregos diretos e indiretos, gerados pelas marinas.

O forte argumento da defesa é de que o Código Florestal permite a ocupação por utilidade pública, ou interesse social, das áreas de preservação permanente.

E uma pergunta é inevitável: se há sete marinas na baía de Guaratuba porque uma só é processada? Apenas uma marina seria irregular?

REQUERIMENTO Nº 1056

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, que o Sr. Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, Dr. Aldo Parzianello, informe qual o objeto da Comunicação nº

688/2002 feita ao DEPEN, encaminhando a respectiva cópia.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI e JOSÉ DOMINGOS SARPELLINI.

REQUERIMENTO Nº 1063

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário que o Sr. Secretário de Estado da Comunicação Social, Sr. Airton Pisseti, que informe qual o valor destinado pela Secretaria da Comunicação Social do Estado, diretamente ou através de outras Secretarias ou demais entes da Administração direta e indireta do Estado, a todo e qualquer veículo de comunicação no Estado, especificando sua razão social e respectivos valores repassados, mês a mês, no ano de 2005.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI e ELIO RUSCH.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 215/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a doação ao Município de Kaloré, os lotes urbanos nºs 06 e 07 da quadra 33, ambos com 588,40 m2 cada, sob as matrículas respectivamente de nºs 5397 e 5598 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Jandaia do Sul.

Art. 2º Os imóveis referidos no artigo 1º deverão ser utilizados exclusivamente para fins de implantação de programas de geração de emprego e renda do Município, retornando ao patrimônio estadual, caso se comprove desvirtuamento em sua utilização, ficando gravados com cláusulas de inalienabilidade e de impenhorabilidade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa atender o plano de desenvolvimento do Município de Kaloré. Tais imóveis já pertenceram ao Município e foram doados juntamente com outros lotes ao Estado.

Nesta oportunidade, o Município sente necessidade de que o Estado participe do empreendimento de geração de renda e emprego através da doação dos referidos imóveis.

PROJETO DE LEI Nº 216/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogado o parágrafo 2º do artigo 1º da Lei nº 12.975, de 17 de novembro de 2000, que limita em até 6% (seis por cento) a destinação de vagas para inclusões no Quadro de Oficiais Militares e Qualificações de Praças.

Art. 2º Fica permitido o ingresso de mulheres no Quadro de Oficiais Bombeiros Militares (QOBM), nas Qualificações de Praças Especiais Bombeiros-Militares Geral 2 (QPMG-2), e na Particular QPMP-0.

Parágrafo Único - Às atuais integrantes do Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM), das Qualificações de Praças Especiais Policiais Militares (Aspirante-a-Oficial PM e Aluno Oficial PM) e Policial Militar Geral 1 (QPMG-1) e da Particular QPMP-0, é assegurado o direito de ingresso, por opção, nos quadros que trata este artigo, respeitando-se a antigüidade relativa a cada posto e a graduação, pelo prazo de um ano, contado da data da publicação desta lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 12.975, de 17 de novembro de 2000, extinguiu o Quadro de Oficiais Policiais Militares Femininas (QOPMFem), a Qualificação de Praças Especiais Femininas e a Qualificação de Praças Policiais Militares Femininas (Praças PM Fem), promovendo a unificação dos quadros de acesso, tanto para oficiais quanto para praças, e com isso erradicando totalmente a discriminação de que era alvo a mulher policial.

No entanto, duas importantes medidas ainda precisam ser adotadas para eliminar o preconceito e a discriminação contra a mulher na Corporação Policial Militar Paranaense:

- a revogação do parágrafo 2º do artigo 1º da Lei 12.975/2000, que limita em até 6% (seis por cento) a destinação de vagas para inclusões de mulheres no Quadro de Policiais Militares e Qualificações de Praças; e
- a instituição da possibilidade de ingresso de mulheres no Quadro de Bombeiros Militares.

Como se sabe, o Pelotão de Polícia Feminina foi criado há 25 anos, pelo decreto nº 3238, de 19 de abril de 1977, e atualmente a mulher policial militar desempenha todas as atividades inerentes à PMPR, prestando inesti-

máveis serviços à comunidade em todas as regiões do Estado.

Mas o número de mulheres integrantes do quadro da PMPR é insignificante se comparado ao efetivo total da Corporação. Com efeito, o total de policiais militares femininas hoje é de 27 Oficiais, cinco Cadetes e 431 Praças. Esse efetivo, de aproximadamente 460 mulheres policiais militares, corresponde a cerca de 2,5% (dois e meio por cento) do efetivo total da PMPR.

Cumpramos ressaltar que, em cidades como Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa e Guarapuava, desde a criação da Primeira Turma de Mulheres Policiais Militares, na década de 80, não houve mais recrutamento. De outra parte, a população dessas cidades cresceu e os problemas sociais aumentaram.

Em Curitiba e região metropolitana, onde o contingente feminino encontra-se sobrecarregado até porque existem atividades que somente a mulher policial militar pode executar, desde 1996 não havia novas inclusões. Ressalte-se que atualmente está em formação uma turma de 47 recrutas do sexo feminino e, em contrapartida, mil do sexo masculino.

Quer-se, com tais apontamentos, afirmar a necessidade de ampliação do efetivo de mulheres policiais militares e, também, de se conceder a estas a possibilidade de ascensão na carreira. Note-se que, durante os 25 anos de existência da Polícia Feminina, apenas uma Oficial alcançou o posto de Major, Oficial Superior da PMPR.

Sem dúvida, esta seria a forma justa e merecida de reconhecer os esforços e a enorme participação feminina na PMPR.

Por fim, cabe lembrar que o Paraná foi o segundo Estado da Federação a admitir o ingresso de mulheres nas fileiras da Polícia Militar. No entanto, a maioria dos Estados, principalmente os das Regiões Norte e Nordeste, que buscaram na Corporação Paranaense as diretrizes norteadoras para o recrutamento e a formação de mulheres policiais militares, estão à nossa frente. No Estado de Rondônia, por exemplo, uma mulher ocupa o mais alto posto da Polícia Militar, o de Coronel, e é a Comandante-Geral da Corporação daquele Estado.

PROJETO DE LEI Nº 217/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Na Lei nº 1943, de 23 de junho de 1954, Código da Polícia Militar, fica instituída a Licença Especial Remuneratória, ao Policial Militar do Estado, para fins de Transferência para a Reserva Remunerada.

Art. 2º O policial militar estadual poderá requerer a Licença Remuneratória para Fins de Transferência para a Reserva Remunerada decorridos 30 (trinta) dias da data que tiver sido protocolizado o pedido.

Parágrafo Único. Fica facultado, ao Policial Militar, a opção de afastar-se do exercício de suas atividades, salvo se o mesmo for cientificado, antecipadamente, do indeferimento do pedido.

Art. 3º O pedido de transferência para a Reserva Remuneratória somente será assim considerado após terem sido averbados todos os tempos computáveis para esse fim; no caso de indeferimento sem causa ou improcedente, o policial militar será indenizado pelo tempo que trabalhar na proporção do dobro de seu salário.

Art. 4º O tempo de duração desta licença será considerado como tempo de efetivo exercício para todos os efeitos legais.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo único de estender ao funcionário público militar os benefícios da Lei nº 14.503, de 17 de setembro de 2004, que concedeu licença especial remunerada para fins de aposentadoria ao servidor público civil do Estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 218/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 14.588 de 22 de dezembro de 2004 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam as maternidades e os estabelecimento hospitalares públicos e privados do Estado do Paraná obrigados a realizar o exame de Emissões Otoacústicas Evocadas (Teste da Orelhinha) para o diagnóstico precoce de surdez nos bebês nascidos nesses estabelecimentos”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(a) ARLETE CARAMÊS

JUSTIFICATIVA:

A presente alteração no artigo 1º da Lei 14.588 recentemente aprovada se faz necessária tendo em vista que sua aplicação pode vir a causar prejuízos sensíveis para os profissionais de fonoaudiologia que realizam o teste da orelhinha.

No artigo 1º da citada lei foi estabelecida a obrigatoriedade de realização gratuita do teste da orelhinha em

hospitais e maternidades públicas e privadas. Em assim estabelecendo, hospitais privados ficaram obrigados a realizar gratuitamente os exames, o que acarretaria na compra de um aparelho e na contratação de apenas um profissional para realizar o teste junto ao estabelecimento.

Com isso, estar-se-ia prejudicando sobremaneira os profissionais de fonoaudiologia que hoje prestam serviços para hospitais privados realizando os testes.

Como o objetivo da lei é tornar obrigatória a realização do teste em recém-nascidos, a alteração ora proposta não traz prejuízos à lei, visto que, excluindo-se a expressão “gratuitamente” se pretende tão somente corrigir futuros prejuízos com a redução da demanda na realização dos exames para os fonoaudiólogos.

Desta forma, espera o apoio dos nobres Pares desta Casa na aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 219/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O trecho de 36 (trinta e seis) quilômetros que interliga os Municípios de Ipiranga a Ivaí, será pavimentado asfálticamente, na forma da lei, cumprindo-se todas as exigências constitucionais.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(aa) NATÁLIO STICA
HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

No uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, os Deputados que subscrevem, apresentam esta com o intuito de contribuir com o desenvolvimento do Estado do Paraná.

Geograficamente, o asfaltamento desse trecho é de grande importância, já que integra o Norte e o Oeste do Estado à Região Centro-Sul do Paraná, tornando-se fator de integração entre os diversos Municípios compreendidos naquela área.

A referida rodovia encontra-se em condições precárias, deixando de ser opção e tornando-se um problema para a população local, além de dificultar o escoamento da safra de grãos do nosso Estado.

Pretendendo contribuir com o desenvolvimento do Estado do Paraná, e, com base no já exposto, propomos a presente.

PROJETO DE LEI Nº 220/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecido que os Bancos, agências bancárias, no Estado do Paraná deverão prestar atendi-

mento ao público no período das 09h00 (nove horas) até as 18h00 (dezoito horas).

Art. 2º Nas cidades onde o Banco tiver um número superior a duas agências de uma mesma instituição financeira, poderão optar pela abertura de no mínimo a metade das unidades.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(a) MILTINHO PUPIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo alterar o horário de atendimento das agências bancárias no Estado do Paraná.

Sabemos da dificuldade que as pessoas têm nos dias de hoje em conseguir cumprir todos seus compromissos funcionais e ainda particulares, principalmente quando se trata da utilização da rede bancária. Não estamos criando nada novo, na verdade, só estendendo o horário de atendimento ao público, uma vez que os funcionários do Banco cumprem seus horários normais fazendo trabalhos internos, o que é uma ilusão, pois os funcionários suspendem o atendimento ao público e fazem o “adiantamento” do serviço que deveriam fazer após o fechamento da agência.

Quantas vezes chegamos numa agência bancária onde existem três caixas, onde um atende preferencialmente idosos, gestantes e pessoas com crianças de colo, o segundo atende a enorme fila que aguarda pacientemente por muito tempo, pois o terceiro caixa está fazendo os serviços internos como, por exemplo, efetivando depósitos realizados nos caixas eletrônicos, realizados pelos clientes que não tem tempo para aguardar nas intermináveis filas, ou fazendo serviços de malotes de empresa, ou até mesmo de clientes “especiais”.

Temos que proporcionar um atendimento equiparado a toda a população. Pagamos taxas de manutenção das contas bancárias, merecemos um atendimento condizente. Para tanto, nada mais necessário que a extensão do horário de atendimento para o horário compatível como horário em que o comércio fica aberto, pois o comércio é quem movimenta o país.

Pelo exposto, espero poder contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 221/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecido que, todas as empresas que atuam nas Penitenciárias Industriais do Estado, ficaram isentas do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias).

I - Esta isenção está restrita à produção realizada dentro dos presídios, bem como a matéria-prima que será enviada para a execução ou confecção dos trabalhos.

Art. 2º As empresas devem respeitar as regras estabelecidas pelo Estado do Paraná e Secretaria da Segurança para ingressar nas Penitenciárias Industriais do Estado.

Art. 3º Fica a Empresa que receberá o benefício de isenção, comprometida a, além dos pagamentos de salários aos presos, comprometida a fornecer cursos profissionalizantes que lhes garantam reconhecimento de especialização na área que atuam, gratuitamente.

I - Estes cursos devem ser realizados por profissionais habilitados, em observância a cada área.

II - Deve ser emitido aos presos, certificados de reconhecimento nacional, do curso ofertado.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(a) MILTINHO PUPIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo conceder às empresas que atuam dentro do Sistema Penitenciário do Estado, nas chamadas Penitenciárias Industriais, isenção do ICMS.

Esta isenção possui amparo legal em consonância com a Constituição Federal em seu artigo 155, inciso XII, letra “g”, que confere poder aos Estados para promover isenções, incentivos e benefícios fiscais, podendo conceder ou revogar.

Esta que denominamos Lei de Responsabilidade Social, tem por objetivo, incentivar as empresas a investir na mão-de-obra carcerária. Fizemos uma busca de informações e descobrimos que as estatísticas demonstram que os presos que recebem algum tipo de formação profissional reduzem de 70% para 20% o índice de reincidência no crime. A Dra. Dilza Sbrissia, que dirige desde 1999 o Presídio Industrial de Guarapuava, no nosso Estado, uma das unidades que terceiriza a mão-de-obra, ela estima que a reincidência entre os presos que passaram por lá, e trabalharam primeiramente para uma fábrica de móveis e atualmente para uma fábrica de calçados, gira entre cinco e sete por cento.

O sistema prisional industrial prepara o presidiário para o trabalho, permitindo-lhe a elevação da auto estima pelo exercício de uma atividade laboral, remunerada, e ainda a cada três dias trabalhados, reduz um da pena a ser cumprida, sistema de remoção da pena. Esse sistema prepara o presidiário para uma reintegração à sociedade, o que é o objetivo do sistema carcerário, a finalidade essencial a que se destina a execução da pena prevista do artigo 1º da LEP (Lei de Execuções Penais) que reza: “a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar

nar condições para a harmônica integração social do condenado ou internado”.

Modernamente, para punir os crimes mais graves a pena aplicada com maior frequência é a prisão. Ingressando no sistema carcerário, o setenciado se adapta, paulatinamente, aos padrões da prisão. Seu aprendizado neste mundo novo e peculiar é estimado pela necessidade de se manter vivo e, se possível, ser aceito no grupo. Portanto, longe de estar sendo ressocializado para a vida, está, na verdade, sendo socializado para viver na prisão, pois está mais interessado em não sofrer punições internas.

Para conclusão a respeito dos fins da pena nos atuais, faremos um paralelo com o raciocínio de que se vale o doutrinador penalista de intervenção mínima, para quem o direito penal só deve intervir nas questões essencialmente penais.

Baseando-me neste critério e levando em consideração a formação moral do homem e da sociedade, temos que a finalidade primeira da pena é somente de punir, e punir é retribuir uma violação da norma da conduta, com a consequência legal que a própria sociedade houve por bem estabelecer, direta ou indiretamente; a essência é a retribuição.

Será que como legislador devemos estabelecer como delito somente aquilo que interessa ao Direito Penal? Usando o mesmo raciocínio conclui-se que a pena não pode ter outra finalidade que não a união com sentido retributivo. Não se presta, de forma principal, a corrigir, educar ou fincar preceitos éticos-sociais, em curto ou longo espaço de tempo, na personalidade deformada, ou não, do criminoso.

Não é só com pena que se irá educar aquele que durante mais de dezoito anos de convivência social não conseguiu se auto determinar para a vida ordeira, e o interesse da sociedade é declaradamente apático a esta situação. Todos querem uma solução, mas não se apresenta um modo de chegar a esta. Devemos, portanto fazer a parte que nos cabe, criar meios para incentivar o investimento de empresas particulares na legítima e eficaz recuperação e ressocialização do detento.

Esta isenção onerará infinitamente ao Estado, se comparado ao grande benefício que trará à sociedade. Temos que tornar este, mais um exemplo de iniciativa do Estado do Paraná a ser seguido pelos demais Estados do Brasil.

Pelo exposto, espero poder contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 222/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterada a redação do artigo 1º e parágrafos 1º e 2º da Lei nº 14.583/2004 de 22/12/2004, que

isenta os veículos de pagamento de taxas de estadia nos pátios do DETRAN/PR, que se beneficiaram da Lei nº 13.957/2002, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam isentos dos pagamentos de taxa de estadia e permanência os veículos e motocicletas no pátio do DETRAN/PR e Polícia Militar do Estado, preso por dívidas vencidas de IPVA, Licenciamento, Multas Estaduais ou retidos por qualquer motivo.”

§ 1º Fica o DETRAN/PR obrigado a proceder à liberação do veículo ou motocicleta, retido em seu poder e guarda, após a confirmação de pagamento da dívida pendente que originou sua apreensão, podendo cobrar somente o valor referente ao trabalho de guincho.

§ 2º O veículo ou motocicleta não poderá permanecer por período superior a 6 (seis) meses sem a regularização que deu causa à sua apreensão, sob pena de processo de desapropriação.

§ 3º “.....”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(a) MILTINHO PUPIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo alterar a Lei nº 14.583/2004, de 22 de dezembro de 2004, que concede isenção das taxas de estadia nos pátios do DETRAN aos veículos que se beneficiarão da Lei nº 13.957/2002, para que todas as pessoas que tenham seu veículo ou motocicleta apreendida possam se beneficiar da isenção das taxas de estadia, que hoje são caras e inviabilizam a regularização e retirada dos veículos. Muitas vezes as taxas de estadia ficam maiores que o valor da dívida pela qual o veículo foi preso.

Sabemos que se o veículo está com débito é porque seu proprietário não teve condições de pagar a dívida pertinente. Se em vez de proporcionar uma oportunidade para sua regularização aumentar o valor da referida dívida com taxas e mais taxas de estadia a regularização se tornará cada vez mais inviável. Esta inviabilidade na pronta retirada causa transtornos à população em geral e não só ao proprietário do veículo que está apreendido, pois os veículos ficam parados sob o tempo, expostos a sujeira e poeira. Em decorrência das chuvas, acumulam água se tornando um pólo para proliferação do mosquito da dengue, e a sujeira, um berço, para a proliferação de ratos, baratas e demais animais peçonhentos e prejudiciais à saúde humana.

Acredito que o prazo de seis meses é razoável para ambos os interessados; à pessoa que precisa levantar o montante necessário para pagamentos de débitos existentes ou ainda, na impossibilidade da regularização, para que o Governo possa leiloar o veículo ou motocicleta apreendidos, economizando espaço e controlando a proliferação de doenças.

Pelo exposto, esperamos poder contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 223/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa Estadual de Saúde Vocal Preventiva para Professoras e Professores da rede Pública Estadual de Educação e dá outras providências com a finalidade de prevenção de disfonias nos professores e professoras da Rede Pública Estadual de Educação Básica do Paraná.

Art. 2º O Programa Estadual de Saúde Vocal Preventiva para Professoras e Professores da Rede Pública Estadual de Educação Básica será composto por:

- a) Programa de Prevenção;
- b) Programa de Capacitação;
- c) Programa de Proteção; e
- d) Programa de Recuperação.

Art. 3º Programa de Prevenção, que consiste em:

a) campanhas informativas, formativas e de orientação sobre doenças profissionais vocais de professoras e professores;

b) realização de exames preventivos quando da admissão do profissional para identificar indícios ou predisposições a doenças vocais profissionais;

c) realização de exames periódicos ocupacionais ou requeridos pelos professores e professoras para identificar indícios ou predisposição a doenças vocais profissionais.

§ 1º Os exames serão realizados por equipe multidisciplinar que envolverá médicos otorrinolaringologistas, fonoaudiólogos e médico da saúde ocupacional com experiência comprovada em suas áreas de atuação.

§ 2º Diante da presença de alterações de condições de saúde, deverá ser viabilizado tratamento adequado para garantir a efetivação da contratação do professor.

Art. 4º Programa de Capacitação que deverá ser realizado por meio de cursos ministrados por especialistas com experiência comprovada, com objetivo de orientar os professores e professoras quanto à importância dos princípios da saúde e o uso adequado da voz;

Parágrafo Único. Como parte integrante das ações de capacitação, os Cursos de Formação de Professores deverão conter módulos sobre saúde e condições adequadas de prevenção a doenças profissionais.

Art. 5º - Programa de Proteção que consiste na adequação do processo de trabalho, utilizando as tecnologias disponíveis para auxiliar o ensino e a aprendizagem, condizentes com as condições vocais.

§ 1º Deverá ser analisada a situação dos espaços escolares e apresentar soluções correspondentes a questões como acústicas e barulho; calor, frio e umidade; ventilação e presença de poeira, enfim, características que possam intervir na saúde vocal de professores e professoras.

§ 2º O Governo do Estado deverá apresentar um programa gradativo:

a) implementação de quadros brancos, substituindo a utilização do giz pelo pincel atômico, para garantir melhor desempenho do aparelho vocal e evitar doenças correlatas;

b) disponibilizando bebedouros para a realização diária da hidratação vocal em sala de aula;

c) revisão da situação do ruído ambiental através das N.R. 17 do Ministério do Trabalho, e efetivação de medidas gradativas que promovam a saúde do professor e da professora;

d) quanto ao material didático adequado, serão adequados conforme a necessidade e tecnologias não tóxicas, mas que promovam a saúde do trabalhador.

Art. 6º Programa de Recuperação que consiste na garantia do atendimento dos professores acometidos por doenças vocais para promover a sua reabilitação.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado da Educação deverá garantir a disponibilização de equipamentos de som para a utilização dos professores e professoras em recuperação ou tratamento, para serem utilizadas segundo as recomendações do médico ou fonoaudiólogo responsável pelo paciente.

Art. 7º O Programa Estadual de Saúde Vocal Preventiva para professoras e professores da rede Pública Estadual de Educação terá caráter, fundamentalmente, preventivo, mas quando detecta alguma alteração será garantido ao professor o pleno acesso aos tratamentos disponíveis.

Art. 8º Caberá às Secretarias de Estado da Educação e da Saúde formular diretrizes para viabilizar a plena execução do Programa Estadual de Saúde Vocal Preventiva para professoras e professores da Rede Pública Estadual de Educação.

Art. 9º Será dotados em orçamento próprio os recursos necessários à implantação do programa criado por esta lei.

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei em 120 dias a contar de sua entrada em vigor.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

Os problemas de saúde vocal têm crescido assustadoramente. A voz, como instrumento de trabalho, tem sido utilizada intensamente em situações inadequadas por um número cada vez maior de pessoas. E o impressionante é que são poucas as pessoas que estão conscientes desses problemas e menor ainda o número das que conhecem as técnicas preventivas disponíveis.

Os professores e professoras constituem uma das categorias profissionais com uso constante e prolongado, de forma intensiva, da voz. Por extensão é um dos grupos que manifesta muitas doenças vocais, constatando-se o comprometimento profissional, muitas vezes, em definitivo.

Estes transtornos da voz têm implicações nos resultados educacionais com prejuízo aos processos de aprendizagem. No entanto, boa parte deste transtorno poderia ser revertido com programas preventivos e/ou exames periódicos.

O atual projeto de lei propõe três tipos de ações:

a) programas preventivos na forma de campanha e incluído nos programas de qualificação docente;

b) exames periódicos para identificar problemas ou potencialidades na voz (e, portanto atuar antes de estas situações se agravarem);

c) propor mudanças gradativas, respeitando as condições materiais e humanas para resolver problemas ambientais diversos que tem implicações diretas e indiretas na saúde vocal.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Num entendimento com a Liderança do Governo vamos inverter e darmos espaço inicialmente, conforme requerimento aprovado, à Professora Nitis Jacon, Diretora Superintendente do Teatro Guaíra e posteriormente voltarmos para o Pequeno Expediente.

Sra. Nitis Jacon (Diretora Superintendente do Teatro Guaíra)

A SRA. NITIS JACON

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Hermas Brandão; Exmos. Srs. Deputados, 1º Secretário, Deputado Cartário; 2º Secretário, Deputado Marcos Isfer; Exma. Sra. Deputada Cida Borghetti, 2ª Secretária desta Sessão; Srs. Deputados:

Em primeiro lugar queria agradecer muito ao Presidente e aos Srs. Deputados por ter sido concedido este espaço, para que voltássemos à Assembleia Legislativa e

apresentássemos, mais uma vez, alguma coisa sobre o Programa Paranição.

Gostaríamos de nos referir, primeiramente, ao fato de que este Programa Paranição é um programa estratégico desenvolvido pelo Governo Roberto Requião, desenvolvido pelo Centro Cultural Teatro Guaíra. Nós iniciamos este programa em 2003. E talvez os senhores estejam lembrados que em novembro de 2003 nós fizemos apresentação do primeiro caderno do Programa Paranição. Hoje, menos de dois anos depois, estamos trazendo aos senhores, está em cada uma das mesas, para cada Deputado, o Caderno nº 3 do Paranição.

Este caderno já permite uma mensuração do programa, de uma avaliação e até as novas diretrizes que pretendemos imprimir a partir de agora. O que nós gostaríamos de justificar, de ter vindo aqui à Assembleia, é o fato de estarmos trabalhando, hoje, em quase 50% dos municípios paranaenses. E são ações continuadas, em conjunto ou em parceria, articulação, com as Secretarias ou departamentos de cultura de cada Município.

Isto significa que para os Deputados, nós pensamos que isto possa ser do interesse de cada um, porque também da área da cultura os senhores poderão se aproveitar das ações - o termo não é bem este, se aproveitar - mas, contar com as ações do Programa Paranição, com os projetos do Paranição, para desenvolver projetos dos senhores nos seus municípios, nas suas cidades.

Assim sendo, nós consideramos importante virmos apresentar o 3º Caderno. O 2º Caderno nós não viemos apresentar. Foi lançado em agosto do ano passado. Mas, este aqui, o terceiro, depois de menos de dois anos, mas quase dois anos do programa, nós já temos resultados importantes que vamos apresentar aos senhores e que talvez possa ensinar a cada Deputado trabalhar ou solicitar - nós estaremos à disposição, no Teatro Guaíra - para ações que os senhores queiram desenvolver, na área da cultura, nos seus municípios.

Nós temos no primeiro "slide" uma mensuração do resultado do Programa Paranição. Como os senhores vêem, em 2003, quando começávamos, em maio de 2003, nós tínhamos poucas demandas dos municípios. Por que estamos medindo demanda? Porque significa que existe uma sensibilização do município ou para um programa de governo. Quer dizer, o município tem conhecimento, ele se interessa por aquele programa, aquilo é importante para o seu município? Na medida que está sensibilizado ele faz pedidos.

Em 2003 tivemos 53 demandas. Isso representa que naquele momento não havia uma perspectiva dos municípios do interior de serem atendidos por um órgão do Governo na área de cultura. O que é de conhecimento de todos que a cultura tem ficado em último lugar.

Em 2004, depois que lançamos o caderno nº 1, que os municípios começaram a tomar conhecimento das ações, já tivemos 96 demandas dos municípios. Pedidos, ações, apoio em eventos, atividades, oficinas e uma série de atividades que desenvolvemos.

Em 2005 já tivemos 76 demandas nos municípios. Acredito que isso possa interessar aos Deputados, pelo fato que os municípios que representam, certamente, têm interesse nas ações culturais que estamos levando para o interior, disponibilizando através do Centro Cultural Teatro Guaíra.

(Apresentação de slides com observações)

Estamos apresentando para os senhores imagens do I Encontro Estadual do Paranização. O que acontece nesse encontro? Os grupos se reúnem. Vem Secretário da Cultura, artistas que se reúnem e estabelecem um intercâmbio de maior importância para o desenvolvimento cultural do Estado como um todo.

Sabem que o Teatro Guaíra, recentemente, era considerado como uma casa de espetáculos em Curitiba. Era o Teatro Municipal de Curitiba e que atendia os artistas e o público de Curitiba. A não ser ações eventuais, algumas delas muito importantes que aconteceram em relação ao interior, e que eram chamadas de interiorização. Resolvemos colocar o nome de Paranização, que é muito mais adequado, que é a disponibilização do Centro Cultural para o interior.

O I Encontro aconteceu em Londrina, no marco do Festival Internacional de Londrina. Levamos para lá 27 municípios do Estado. O que foi apresentado em Londrina já era resultado de atividades, ações que tinham sido desenvolvidas pelo Paranização. Foram dezoito espetáculos em três dias, com setenta apresentações. Apresentações, inclusive, nos distritos rurais do Município de Londrina. Foram atividades de circo, teatro e dança.

O II Encontro foi aqui em Curitiba. Trouxemos 36 municípios do interior. Sendo 47 espetáculos que se realizaram durante três dias nos quatro auditórios do Teatro Guaíra e em espaços alternativos.

Foi uma movimentação muito grande. Tivemos, aqui em Curitiba, 458 artistas,

(Observações em cima de projeções de slides)

... ou secretários de Cultura ou agentes culturais. Foi um grande encontro onde houve uma troca muito grande de contato, de conhecimento, de ações, de idéias e convites que se faziam para uma mobilização desses espetáculos. Fizemos, também, uma exposição de artistas de municípios do interior que apresentaram seu trabalho, desenvolvido durante o Paranização. Então, o segundo encontro atingiu aproximadamente dez mil pessoas, em Curitiba.

Nós temos um mapa que mostra em maio de 2003, quando iniciamos um projeto piloto que se chamava Granada. A idéia era justamente de disseminar ações de multiplicação no Estado como um todo, que visavam o resgate das raízes históricas, das raízes culturais, das lendas, dos mitos e dos personagens históricos de cada

cidade. Nesse início nós tínhamos dezenove municípios, não quer dizer que não tivéssemos ações em outros municípios, mas esse era um projeto piloto que teve continuidade em 2004 e que, até hoje, nós ainda mantemos com essa proposta de resgate das raízes culturais. É um projeto muito interessante.

Agora, em abril de 2005, os senhores podem ver os municípios onde o Programa Paranização está se desenvolvendo. São 163 neste momento, mas se amplia a cada dia, porque a cada dia há mais municípios novos pedindo ações ou pedindo para participar de um festival e levar atividades, ou pedindo oficinas, ou pedindo para criar grupos de teatro, de dança, de circo, com escolas, com terceira idade, com meninos em situação de risco, com portadores de necessidades especiais. Nós estamos entrando em várias áreas, de acordo com as solicitações e as demandas, e criando vários grupos de teatro e fazendo microcircuitos e circulação. Movimenta, mobiliza muito o Estado.

Este mapa mostra alguma coisa que está em mutação. Nós imaginamos que até o final do ano estejamos em duzentos municípios do interior. Em cada um deles nós mantemos o contato, porque os programas são continuados, não se interrompem e estamos ampliando a nossa ação em cada um desses municípios.

Agora, temos aqui o mapa dos eixos em que atuamos para que os senhores possam ver, também, de acordo com o perfil de cada município, dos municípios em que os senhores atuam. Nós trabalhamos no eixo de música. Até agora fizemos trabalho com eixo de música de raiz que teve um êxito muito grande. Aqui em Curitiba, no segundo encontro, trouxemos quase vinte grupos de músicas de raiz do interior, excelentes. O público que lotava a boca maldita ficou muito impressionado com a qualidade desses grupos.

Nós temos o eixo de artes cênicas que inclui teatro, circo, dança. Esse fluxograma é um projeto de capacitação técnica de técnicos do interior que trabalham em teatros ou com Prefeituras na área técnica, mas que não têm experiência da área técnica. Às vezes, não dá para levar para o interior um espetáculo de qualidade porque o técnico não sabe como trabalhar com a luz e o som, de modo que esse trabalho já capacitou até agora 180 pessoas de muitos municípios do interior, inclusive de Curitiba, gerando trabalho e renda para esses técnicos.

Por exemplo: no Festival de Curitiba, que não é do Teatro Guaíra, tivemos vários dos nossos alunos desse fluxograma de capacitação técnica empregados pelo festival de teatro, trabalhando na parte técnica do festival, porque eles precisam de muitos técnicos e, no interior, várias pessoas que foram contratadas, depois disso, pelas Prefeituras para dirigirem ou atuarem nos teatros do interior. Então, é um programa que tem uma demanda incrível, é um projeto dado pelos nossos técnicos.

Gostaria que os senhores soubessem que o Teatro Guaíra detém um dos corpos técnicos mais importantes do mundo, de reconhecimento e prestígio internacional e

eles é que dão, durante uma semana, essa preparação, durante dez horas de aula por dia, isso dá entre 45 horas de preparação teórica e técnica. Esse é um dos grandes projetos na área de teatro. Depois, temos também bibliomóvel que é um trabalho com um ônibus palco do Teatro Guaíra que leva livros e distribui para crianças e para adultos.

(Observações enquanto é feita exposição de slides)

Temos um trabalho com a Imprensa Oficial e fazemos contação de histórias, oficina de contação de histórias para professores e também espetáculos de teatro. Ou seja, é um trabalho importante na área de teatro.

E nos projetos especiais nós temos o Granada que já nos referimos; um projeto de rádio comunitária que os senhores verão também slides que vamos mostrar e que é um trabalho que está se desenvolvendo. Nesse momento estamos trabalhando com sessenta rádios comunitárias de todo o Estado, em atividade. Sendo que muitos deles se cadastraram através do Programa Paralização e estão sendo capacitados através de oficinas de produção técnica e estamos agora pretendendo criar uma central de produção de programas de rádio para distribuir para as rádios comunitárias. E isso está também se ampliando.

Além disso, temos dois projetos especiais, um no litoral, um no centro-sul com características específicas e muitas interfaces, sobretudo com o meio ambiente, e de indústria cultural que estamos agora começando a desenvolver. Não de editoração que já temos várias publicações feitas. Mas, estamos desenvolvendo audio-visual com um cine móvel que deveremos desenvolver a partir de agora. E também de gravação de CDs de grupos de música do interior do Estado.

Aqui são alguns slides de espetáculos que foram e continuam sendo apresentados, às vezes, em circuito já circulando pelo Estado em teatro. Esse é o grupo de Arapongas, o de Umuarama. Na sequência um espetáculo de Foz do Iguaçu, todos vieram aqui e estão circulando. Em seguida um de Santo Antônio da Platina. Espetáculos de muito bom nível, de muito boa qualidade e pessoas que já estão fazendo oficinas pelo Paralização. Ou seja, já estão se multiplicando.

Na sequência, o circo. De circo nós fizemos quatro ciclos, cada um deles em dois municípios durante dois meses. Sempre preparamos de seis a oito municípios com trabalhos circenses, com circo sem lona e com lona.

Também aqui na Cidade de Rolândia foi um trabalho muito bom, com muitos alunos.

Aqui em Wenceslau Brás e aqui em Ponta Grossa.

Alguns slides da área de dança. Nós trabalhamos com um grupo de dança masculina do Teatro Guaíra. Até gostaria de incluir aqui para que os senhores tenham conhecimento que no Paralização estamos paranizando também as apresentações da Orquestra Sinfônica, do Teatro Guaíra, do BTG, as montagens feitas pelo teatro comédia do Paraná estão circulando pelo interior tam-

bém. Aquilo que fazemos no Guaíra, levamos para os municípios do interior, na medida dos recursos que também não são infinitos.

Aqui são todos slides de projeto de dança.

Ali, o anterior foi uma apresentação para o encontro dos sem-terrinhas que aconteceu aqui em Curitiba a pedido da organização do evento.

Aqui já entramos na parte de música de raízes, slides em Ipiranga, Ribeirão Claro que vieram para o segundo encontro em Curitiba.

Na sequência também em Campo Mourão. Vários municípios que estão pedindo. Mas, vamos começar a trabalhar não só com música de raiz, mas com música popular, com bandas de música, corais, música instrumental.

Aqui temos slides do fluxograma de capacitação técnica que é feita no auditório do centro cultural do Teatro Guaíra.

Os senhores estão vendo que são os alunos e os técnicos do Guaíra que vão mostrando as instalações do teatro e vão aprendendo o que são, os equipamentos como são utilizados.

Temos o projeto bibliomóvel que me referi aos senhores.

(Explicação feita mediante projeção de slides)

No Município de Arapongas, esse é um slide de rádio comunitária, que preparamos e que, hoje, autorizada, está funcionando, do Movimento Sem-Terra, que já é um assentamento. Em Foz do Jordão, os senhores vêem que é feito um espetáculo de rádio, como se fosse um auditório para as pessoas do Município, com os nossos técnicos e com a rádio comunitária da cidade.

Algumas das publicações que fizemos, ou seja, há um registro, uma memória importante do Programa Paralização, inclusive livros como: "Enquanto Conto, em tanto Conto", que são contos tradicionais de Campo Mourão e que nós apoiamos a sua impressão.

Flor de Laranjeiras, um projeto com as catadoras de laranja de Paranaíba, com uma agente cultural nossa lá. "Por de Traz dos Olhos" foi escrito por um deficiente visual, um cego, que trabalha conosco no Programa Paralização - o diretor do grupo está aqui conosco, nos dá a honra de ter vindo, ouvir a nossa explicação na Assembleia. É um trabalho muito importante. Esse que é um autor do grupo, que faz um espetáculo muito bonito, baseado "Nas Cidades Invisíveis", do Ítalo Calvino e o Programa Paralização apoiou a sua impressão.

Essa amarela é uma apostila do Programa Fluxograma de Capacitação Técnica, que está sendo solicitada por outros países e foi feita por nossos técnicos do Teatro Guaíra. É uma edição maravilhosa, que dá explicações sobre toda a parte técnica de um teatro, que é utilizado pelos alunos que vêm fazer o Curso de Fluxograma. Os senhores estão vendo aqui o mapa até fevereiro de 2005, porque hoje temos mais de vinte municípios a mais do

que esse total. Mas como esses mapas são de fevereiro e estão nesse caderno que os senhores receberam, nós utilizamos, mais ou menos nos referirmos a como estamos orientando, direcionando a partir de agora, a partir da mensuração do trabalho que fizemos. Este é o mapa dos municípios que também já mudou bastante, tem muito mais. Estamos verticalizando nesses municípios. Verticalizar significa atuar, capacitando muito bem as células desses municípios, para que eles se preparem para dar oficinas e para multiplicar o nosso trabalho.

O Guaíra não consegue fazer essa multiplicação em todos os municípios. Queremos atingir pelo menos duzentos municípios, em que haja um nível muito bom de verticalização. Porque esses duzentos municípios vão trabalhar com os demais, os 199 municípios que restam, para levar o Paranização em uma ação de política de cultura, de horizontalização. Esses são os verticalizados.

Aqui, temos os municípios em processo, aqueles que estão trabalhando em processo, com continuidade e vários deles estão se preparando e entraram na fase de verticalização, ou seja, de capacitação, para que eles possam fazer um trabalho de multiplicação, junto com o Programa Paranização. Eles mesmos vão fazer o Paranização. Fazemos contato com os município que consideramos sensibilizados, que se estimulam, que são estimulados para trabalhar e que começam a pedir coisas, para as suas festas, criação de grupos em todas as áreas. Nesses sensibilizados está havendo uma mudança: primeiro, porque estão muito ampliados. De fevereiro até aqui foram vinte municípios mais que se incluíram no Paranização. Além disso alguns desses passaram para o processo em verticalização. Essa é a diretriz que estamos usando. Aqui repetimos o mapa de 163 municípios que estão trabalhando com continuidade, com o Programa Paranização.

Queremos dizer aos senhores, que como agente cultural que temos sido durante a vida inteira, nós nos gratificamos muito pela sensibilidade do Governador Roberto Requião, de ter assumido e incluído o Programa de Paranização no seu programa, como programa estratégico de governo neste Governo.

Pretendemos transformá-lo em um programa de política pública institucionalizado e estaremos contado, provavelmente, com os Srs. Deputados e a Deputada Elza já se manifestou favorável a apresentar um projeto de lei para a institucionalização do Programa Paranização para que, ao invés de ser um programa de Governo, passe a ser um programa de Estado e todos os Governos que venham, já assumam esse programa como programa de política pública em cultura, porque nós não temos nenhum institucionalizado - imagino, aparentemente - e que possa promover o desenvolvimento cultural do Estado como um todo.

Agradeço muito ao Presidente da Assembléia, aos Srs. Secretários, à Cida Borghetti, que está ali como Secretária neste momento, a todos os Srs. Deputados e à Deputada Elza Correia, que está nos apoiando muito

nesse projeto. E dizer que os senhores receberam também, além do caderno e de alguns boletins do Paranização, que são bimestrais, um pequeno livro, que é o livro dos cinquenta anos do Guairinha, porque não existe um memorial do Teatro Guaíra e nem do Guairinha, só publicações esparsas e eventuais. Então, aí os senhores terão toda a história do Guairinha, com tudo aquilo que aconteceu, até os cinquenta anos que nós comemoramos em 19 de dezembro do ano passado. E, na sequência, estaremos apresentando o vídeo.

(É realizada a apresentação de vídeo)

Se os senhores me permitem, eu devo dar uma notícia que considero da maior importância. O Centro Cultural do Teatro Guaíra tem uma escola de dança da mais alta qualidade, que tem ido a competições internacionais e ganha sempre prêmios, foi a única escola de dança do Brasil que teve prêmios nesse evento, que é o Utah American Grand Prix, de Nova Iorque, foram convidados três bailarinos jovens da nossa escola de dança, sendo que os dois rapazes, os dois garotos, ganharam prêmios. O Daniel Camargo ganhou medalha de prata, uma bolsa de estudos para a American Ballet Theatre, e também uma bolsa de estudos anual para a escola de Studgard Ballet, da Alemanha.

O Studgard Ballet abriu vaga para uma premiação para bolsa, e o nosso bailarino Daniel Camargo ganhou essa bolsa. E o Arthur, que também é um excelente bailarino, ficou entre os sete melhores do festival e recebeu uma bolsa de estudos para o curso de verão do Royal Academy Of Dance School, em Londres. De modo que eu gostaria que os senhores tivessem o conhecimento disso porque é a escola de dança do Centro Cultural Teatro Guaíra, que faz muita coisa, estamos trabalhando com o interior do Paraná, no Mercosul, mas aqui em Curitiba nós temos um trabalho que está só progredindo.

Muito obrigada! Desculpem o abuso.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Queremos cumprimentar a Professora Nitis Jacon pelo excelente trabalho que está desenvolvendo à frente do Teatro Guaíra, as nossas homenagens em nome do Poder Legislativo desta Casa.

Com a palavra a Deputada Elza Correia.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Eu queria, Nitis, cumprimentá-la com muito carinho e respeito e a toda a sua equipe. O que nós vemos aqui hoje é que a sua apresentação não foi uma coisa qualquer. E nós sabemos, nós que temos origem na cultura, quanto é difícil prender a atenção e sensibilizar a sociedade para a compreensão de que a cultura tem que fazer parte, sim, dos indicadores de promoção da cidadania.

nia, dos direitos humanos, e tem que contar, sim, com uma proposta de política pública para aumentar o índice de desenvolvimento humano, que aqui no Paraná e em algumas regiões é tão baixo. Nós temos um caldo de cultura no Brasil que às vezes não coloca a questão da cultura com essa força, essa capacidade e essa necessidade que ela tem dentro das políticas públicas.

Eu sei quanto a sua luta e a luta de todo o Grupo do Guaíra e dos fazedores de cultura neste País é grande, e percebemos muitas vezes até uma falta de compreensão e de sensibilidade para tudo que tem sido feito neste País e neste Estado em relação à cultura. Esse trabalho do Parinização é fundamental. Eu não posso imaginar o Governo Requião com uma proposta de garantia de cidadania, levando projetos na área social de políticas públicas para melhorar a qualidade de vida da população, como o Leite da Crianças, Luz Fraterna, ou Água para Todos, isenção de ICMS para microempresas, sem incluir nesse rol de ações do Governo a questão da cultura.

Então, eu queria cumprimentar e dizer o quanto é importante essa ação sua e da sua equipe do Guaíra para que esses 163 municípios já tenham hoje incluídos dentro das suas Prefeituras a questão da cultura como prioridade.

Então, queria dizer que com muito orgulho eu assisti com atenção à sua apresentação. Acho que a questão das rádios comunitárias é um fator decisivo e fundamental para as comunidades, já tinha lido todos os cadernos, este é o terceiro, e continuo lendo porque isto aqui deve fazer parte para melhorar o nosso conteúdo e a nossa compreensão e até nossa ação aqui na Assembléia Legislativa, ao lidar com as crianças, com os adolescentes, com os jovens, com a terceira idade, com todo mundo, esses cadernos nos ensinam e nos mostram muito, mostram, o nosso Estado e o que pode ser feito e está sendo feito.

E queria dizer que conversava hoje com o Governador Roberto Requião, vou aprofundar a conversa com ele, em relação a fazer, de fato, um projeto de lei que coloque o Parinização como um programa de Estado, para que não tenhamos os retrocessos que nós já vimos acontecer diante de experiências tão importantes feito esta.

Queria cumprimentar muito e dizer que para mim foi muito importante a sua vinda aqui, foi com muita atenção e com muito respeito que assisti à sua exposição, porque acho que ela é fundamental para todos nós, não só para o Estado do Paraná.

Queria cumprimentar toda a equipe que está aqui também.

Obrigada.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

(**Ausente do Plenário**)

Com a palavra, Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Carlos Welter (PT)

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Venho a esta tribuna falar sobre um assunto que sempre foi a preocupação minha, de muitos e muitos produtores rurais do Governo Requião e agora também percebo que a agroindústria também começa a se preocupar. Tem uma matéria da Gazeta Mercantil, sexta dia 22, onde diz o seguinte - que a Sadia S/A dispensa o milho transgênico - a matéria diz o seguinte - "fontes da Sadia emitiram extra-oficialmente que a empresa não vai usar milho ou soja geneticamente modificados nas rações das aves e suínos para não melindrar importadores europeus e asiáticos avessos aos transgênicos". Esta questão sempre foi ponderada neste Parlamento, dessa precaução que temos que ter com relação ao mercado. Nada adianta nós produzirmos, industrializarmos o frango ou suíno a tratá-lo com ração transgênica se eventualmente quem comer esse frango ou esse suíno não quiser comer o frango e o suíno transgênico.

Então, esta preocupação agora que é manifestada pela indústria vem ao encontro da grande preocupação que nós temos que é a questão do mercado que tanto se abriu no nosso, das ações do Governo Federal e agora temos que ter esta preocupação de não misturarmos as rações para que não possamos ter problemas de mercado no exterior, principalmente no mercado asiático e mercado europeu.

Outro assunto que trago nesta tribuna: no dia de ontem ouvi atentamente e por questão de justiça porque tenho acompanhado esta questão, eu ouvi o Deputado Rossoni falar do preço das obras do Estado do Paraná, das concorrências com relação ao DER. Eu tomei a liberdade de buscar a informação de uma obra pública que está andando de vento em popa, no modo de dizer, Deputado Dobrandino, que é a duplicação da Toledo/Cascavel. Nos termos comparativos, números, dados, o orçamento da tabela do DER do Governo anterior com o atual, na execução dessa obra dá uma diferença de 31,77% a menos do custo das obras. E a licitação para aquela obra foi dividida em três lotes, exatamente para dar oportunidade para menores empresas poderem participar. E foi permitido inclusive no edital, que se fizesse por consórcio. Então a tabela praticada no Governo anterior, de um trecho, era de R\$ 14.965.147,00 reais, e a praticada por este Governo, o mesmo trecho, baixou para R\$ 9.999.000,00. E de um outro trecho de dezenove baixou para treze milhões.

Resumindo o custo pela tabela praticada pelo DER para uma obra como esta, diminuiu em 31,77%. E as obras estão acontecendo, estão sendo executadas com um custo bem menor. Então isso é uma fundamentação

importante e demonstra que se baixou o custo das obras e espero que não haja o aditivo, que é o que muitas vezes ocorre quando acontece essas licitações.

Uma notícia muito boa, que às vezes a gente pensa que tem todas as informações, e foi falado hoje de manhã pelo Governador e que há uma participação grandiosa do Presidente Lula no Luz Fraterna, o qual tem boa parte do seu subsídio feito pelo Governo Federal. Uma notícia que nos alegra e mostra a grande parceria que existe do Governo Lula com o Governo do Estado do Paraná. E na área da segurança pública, que até foi criticado aqui, nesta tribuna, os repasses do Ministro Marcio Tomaz Bastos foram testemunhados hoje de manhã pelo Secretário Aldo Parzianelo que praticamente triplicou o repasse de verbas na área de segurança. Isso me deixa orgulhoso e que há uma preocupação muito grande do Ministério da Justiça para que se dê soluções às questões de segurança e o Estado está tendo a devida atenção.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero informar que já temos, no pedido da formação da Comissão Parlamentar de Inquérito, onze assinaturas, faltando oito Deputados assinarem para que possamos instalar a Comissão que vai investigar o grampo telefônico no Estado do Paraná, de acordo com denúncias que o Coronel Neves, no dia em que aqui esteve depondo, trouxe a CPI do Congresso Nacional que está investigando a Reforma Agrária na nossa Federação. E naquele dia, naquela audiência, a denúncia aconteceu. Faltam oito Deputados assinarem para que possamos abrir uma linha de investigação para esclarecer as denúncias feitas naquela Comissão Parlamentar de Inquérito.

Mas, o que me traz, e ontem vimos neste plenário uma discussão que aconteceu com relação à verba de Comunicação Social. Tivemos aqui Deputados que apóiam o Governo criticando o ex-Governo de ter gastado muitos recursos com comunicação social, muito dinheiro com comunicação social, sem lembrar que no passado o atual Governador também agiu da mesma forma, gastando quantias semelhantes às que o Governo anterior gastou. O próprio Deputado Neivo Beraldin sabe que no começo da década de 90 os gastos que o BANESTADO teve com mídia, com comunicação social - tenho cópia desses documentos, foram cifras significativas também. Só que o passado, passou, e nós estamos vivendo o presente, hoje!

Estou encaminhando, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um pedido de informações à Secretaria da

Comunicação Social, para que o Sr. Secretário Airtton Pisseti nos informe qual o valor destinado pela Secretaria da Comunicação Social do Estado, diretamente ou através de outras Secretarias ou até mesmo os demais entes da Administração direta e indireta do Estado, a todo e qualquer veículo de comunicação no Estado, especificando sua razão social e respectivos valores repassados, mês a mês, neste ano de 2005.

Por que estamos neste caminho? Quando aprovamos o orçamento para ser executado neste ano de 2005, lá, no mês de dezembro do ano passado, vimos, vieram a público os valores que o Governo do Estado do Paraná, neste ano de 2005 vai gastar com divulgação: em torno de 120 milhões de reais. Vai ser investido, utilizado pelo Governo na divulgação de suas ações, e é natural que nós, que cumprimos com nosso dever democrático, no exercício de um mandato e numa linha de Oposição ao atual Governo, queiramos saber onde estão indo estes 120 milhões que serão gastos em comunicação social. Queremos saber quais são os meios de comunicação, quais as rádios que estão recebendo, Município a Município, e quem são os proprietários dessas rádios.

É isto o que queremos saber. Tanto falaram do governo passado e estão fazendo igualzinho, nada de diferente! Queremos saber quais os jornais do interior que estão recebendo recursos e também os da Capital; as revistas, os canais de televisão. Enfim, queremos saber exatamente onde estão gastando os 120 milhões de reais que estão no orçamento da Secretaria da Comunicação Social do Estado do Paraná.

Está aí, protocolado, e esperamos o mais rápido possível receber a resposta, para sabermos onde está indo esse recurso, esse dinheiro que está no orçamento do Estado do Paraná para o ano de 2005.

Muito obrigado, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (**José Domingos Scarpellini**)

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Cleiton Kielse.

Deputado Cleiton Kielse (PMDB)

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje venho a esta tribuna não só para aproveitar um momento muito importante para o esporte, um momento em qual visualizamos que vários Estados estão se destacando com atletas, com pessoas que muitas vezes são patrocinadas por empresas de outros Estados e são paranaenses.

Infelizmente temos esta realidade, de atletas que fazem maratonas, que são paranaenses mas defendem bandeiras de outros Estados. E venho com uma proposta em paralelo ao incentivo ao esporte amador, ao esporte olímpico e para-olímpico, que todos os Deputados puderam acompanhar, não só o sucesso que foi a para-olimpí-

ada, onde o Brasil se destacou no mundo, fazendo com que os atletas pudessem ter reconhecimento nacional e internacional.

Por isso estamos aqui com o Sr. Juraci Moreira Júnior, que é tri-atleta olímpico e Presidente do Sindicato dos Atletas Profissionais do Paraná, juntamente com o Sr. Orlando Kulpatz, Presidente das Federações dos Atletas Olímpicos do Paraná, para instituímos o Programa Estadual de Fomento ao Incentivo ao Esporte Amador Olímpico e Para-Olímpico.

O que seria isso? Seria, não só um incentivo paralelo ao já existente com a questão da Lei Rouanet, que trata da cultura. Data vênha, o meu parceiro, o Deputado Ângelo Vanhoni que fez uma Lei do IPTU aqui em Curitiba, onde conseguiu dar incentivos à área cultural.

Esse programa seria vinculado a todas as federações de esporte amador, olímpico e para-olímpico. Teria já de vínculo inicial 27 federações, aglutinando hoje quase duzentos mil atletas no Estado do Paraná. E se buscarmos o esporte amador que pode ser vinculado, chegaríamos à casa de quase oitocentos mil atletas. Deputado Duílio, lá em Toledo são centenas de atletas que fazem peregrinação anual também em parceria no seu gabinete. Milhares de atletas, tornando Toledo símbolo do Oeste na questão de produção de atletas.

Esse incentivo seria de que forma? Buscando apenas 2% do ICMS de empresas que se pré-dispusessem a apresentar os seus orçamentos indicados para incentivos na área dos esportes amadores, olímpicos e para-olímpicos, tendo a divulgação dessas empresas, independente de uma convocação forçada de uma federação.

As próprias empresas buscam isso. Buscam auxiliar e tentar divulgar de uma maneira barata, mas buscando bons parceiros. Nada melhor que as federações paranaenses, que a Confederação Brasileira, que as instituições que demovem esses milhares de atletas no Paraná, milhões no Brasil, para que possamos aproveitar o ICMS gerado e que também terá o aval do Conselho Estadual, que participará diretamente, não só dos benefícios arrecadados com esses recursos, mas também direto ao fomento de incentivo ao esporte.

O esporte, sendo repetitivo, é um meio de tirar a criança da rua, um meio de dar caminhos para os jovens; um meio, não só legal, mas um meio moral de criarmos vocações, que muitas vezes são esquecidas, por falta de incentivo.

Estamos apresentando em primeira-mão aqui nesta Casa, visto que a mobilização com as federações está muito grande. Já tivemos contato com 23 das 27 federações paranaenses. Vamos ter contato com as equipes para-olímpicas, data vênha, meu parceiro Luiz Accorsi que também atende muitas instituições nesse sentido; Mauro Moraes, tantos companheiros, parceiros em muitas ações no esporte. O Deputado Ratinho em uma ação direta no futebol já está fazendo da empresa Massa &

Massa uma das maiores empresas exportadoras de atletas, e importadora também.

Nas próximas semanas reuniremos todas as federações aqui nesta Casa. Trazendo todas as informações precisas para que o esporte seja, não só modelo de determinação pessoal, individual de cada atleta, mas que tenha uma seqüência de incentivos também.

Cada empresa que apresentar apenas 2% poderá atender a milhares de atletas aqui no nosso Estado, tirando, muitas vezes, pessoas que não teriam nenhum caminho, para transformarem-se em grandes atletas olímpicos.

Digo mais, estou direcionando um título de Cidadão Honorário a um atleta paranaense que tornou-se famoso no mundo inteiro que, infelizmente ele é reconhecido no mundo e que temos estampas em nível internacional com a sua fisionomia e que, hoje, temos o Paraná defendido por ele, mas ele ainda não tem nenhum incentivo e nós vamos fazer com que este também tenha incentivos do Governo, direta e indiretamente.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**José Domingos Scarpellini**)

Esta Presidência se congratula com o nobre Deputado pela proposta.

O próximo orador inscrito é o Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Atendendo uma solicitação dos Vereadores da Lapa, Antônio Luiz Carlos Cavalini e João Renato Leal Afonso, subo a esta tribuna para fazer uma solicitação à Prefeitura de Curitiba, à COMEC, enfim, quem detém essa responsabilidade, para que a integralização no transporte coletivo que chega hoje até os Municípios de Contenda e Quitandinha, que cheguem também até o Município da Lapa. Isso porque os passageiros que tomam o ônibus em Contenda, a 43 quilômetros de Curitiba, pagam R\$2,55; e a 23 quilômetros à frente está a Lapa, onde tem em torno de 42 mil habitantes. A nossa histórica Lapa está pagando R\$10,35 a passagem.

Então, Sras. e Srs. Deputados, se essa integração é tão boa para Quitandinha, para Contenda, para a Região Metropolitana, há de ser também para o nosso Município histórico da Lapa que atrai um grande número de turistas, tem um grande número de trabalhadores que trabalham em Curitiba e um grande número de pessoas que estudam aqui na Capital de Curitiba.

Quitandinha tem esse benefício do transporte integrado. Contenda sai às 07h00, às 08h05, às 12h10, às 14h30, às 16h00, às 17h00, às 18h00 e às 19h00. Aos sábados sai 07h15, 11h30, 18h30; domingo às 07h30 e 19h30.

Então a solicitação se faz para o Município da Lapa, e solicito ao Sr. Presidente para que dê como lido esse pronunciamento, para que saia nos Anais desta Casa.

Esta minha solicitação há de se estender para o Município de Campina Grande do Sul, vizinho, basicamente é um município só. Os problemas aqui não cessam nas divisas. Os problemas são comuns e nós precisamos ver o transporte integrado e certamente esse transporte em Campina Grande do Sul faria muito bem a toda a população.

Solicito a V. Exa., Presidente Hermas Brandão, que tem sido um democrata brilhante, que dê esse pronunciamento como lido, tendo em vista que inúmeros Deputados gostariam de falar, certamente, em prol da nossa querida Lapa e também da nossa querida Campina Grande do Sul.

Muito obrigado.

“Por indicação do Vereador Antonio Luiz Carlos Cavalini, preocupado com a melhoria das condições de transporte dos moradores da Cidade da Lapa e com a sua qualidade de vida, contando com apoio integral do presidente da Câmara Municipal daquele Município Sr. João Renato Leal Afonso, foi apresentado a este Deputado uma solicitação de encaminhamento ao Prefeito de Curitiba, pleiteando a integração da Lapa ao transporte metropolitano de Curitiba.

A solicitação de integração do Município da Lapa ao transporte metropolitano de Curitiba vem atender a um apelo da população, que pelos levantamentos do IBGE em 2000 somavam cerca de 42.000 habitantes, constituídas de pessoas na sua maioria de baixa renda, sendo que muitos desenvolvem suas atividades no Município de Curitiba, como trabalhadores ou estudantes.

A título de comparação verifica-se que já foi realizada a integração do Município de Contenda, localizado a cerca de 43 quilômetros de Curitiba, a rede de transportes de Curitiba, apresentando os seguintes dados:

Horários dos ônibus Curitiba-Contenda:

Dias Úteis - 7h00; 8h05; 12h10; 14h30; 16h00; 17h00; 18h00; e 19h00 horas;

Sábados - 7h15; 11h30 e 18h30;

Domingos e Feriados - 7h30 e 19h30 horas.

Valor da tarifa cobrada: R\$ 2,55

Também o Município de Quitandinha está integrado à rede municipal de Curitiba, contando, além disso, com outras linhas rodoviárias, sendo que a tarifa de integração cobrada neste Município é de R\$ 2,35, enquanto as demais linhas rodoviárias existentes para Curitiba cobram R\$ 9,60, o que por si só demonstra o benefício obtido com esta integração a toda a população dos Municípios atendidos.

Quanto ao Município da Lapa, tem-se que o mesmo se situa a cerca de setenta quilômetros de Curitiba, ou seja, somente 27 quilômetros a mais que Contenda, contando hoje com linhas de transporte rodoviários nos seguintes horários:

Dias úteis: 6h45; 9h00; 11h00; 12h00; 14h00; 16h00; 18h00 e 20h00;

Domingos: 7h00; 9h30; 11h00; 14h00; 16h00; 18;00; 20h00 e 22h00.

O valor da passagem cobrado por este tipo de transporte é de R\$ 10,35, enquanto que se o transporte fosse integrado como feito com Contenda e Quitandinha, estima-se que o valor da passagem passaria a aproximadamente R\$ 4,15.

Desta forma, a integração da cidade da Lapa com o transporte municipal de Curitiba propiciaria uma grande melhoria da qualidade de vida da sua população, com a redução dos seus dispêndios com transporte de maneira significativa, revertendo tal economia para outras necessidades da população como remédios, alimentação, vestuário, etc.

Destaca-se ainda, que além de atender aos seus mais de 42.000 habitantes, tal integração também contribuirá para o aumento do turismo na região, pois desde 1989 toda área histórica da Lapa foi tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, constituindo-se numa das grandes áreas turísticas do Paraná”.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Damos por lido o pronunciamento de V. Exa.

Deputada Elza Correia, última inscrita no Pequeno Expediente.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres companheiros e companheiras.

Primeiro, dizer aos Deputados e Deputadas que compõem a Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, que amanhã haverá uma audiência pública às 9h00 no plenarinho, para discutirmos a Reforma Universitária. É importante que os companheiros participem. Estamos tendo uma dificuldade de alguns companheiros participarem das ações desta Comissão.

Faço uso da palavra hoje para dizer que conversamos com o Governador Roberto Requião hoje pela manhã, lá no Museu Oscar Niemeyer, na reunião dos Secretários, em relação a um projeto que desde o ano passado venho discutindo com a PM e com o Secretário da Segurança, que se trata da revogação de um artigo da Lei 12.975, de 17 de novembro de 2000, que na minha avaliação e acho que também da maioria dos companheiros é extremamente excludente e preconceituosa, porque ela limita em seis por cento, apenas, a destinação de vagas no Quadro de Oficiais Militares para mulheres.

(Lê):

A Lei nº 12.975, de 17 de novembro de 2000, extinguiu o Quadro de Oficiais Policiais Femininas (QOPMFem), a Qualificação de Praças Especiais Femininas e a Qualificação de Praças Policiais Militares femini-

nas (Praças PM Fem), promovendo a unificação dos quadros de acesso, tanto para oficiais quanto para praças, e com isso erradicando totalmente a discriminação de que era alvo a mulher policial.

No entanto, duas importantes medidas ainda precisam ser adotadas para eliminar o preconceito e a discriminação contra a mulher na Corporação Policial Militar Paranaense:

- a revogação do parágrafo 2º do artigo 1º da Lei 12.975/2000, que limita em até 6% (seis por cento) a destinação de vagas para inclusões de mulheres no Quadro de Policiais Militares e Qualificações de Praças; e

- a instituição da possibilidade de ingresso de mulheres no Quadro de Bombeiros Militares.

Como se sabe, o Pelotão de Polícia Feminina foi criado há 25 anos, pelo Decreto nº 3.238, de 19 de abril de 1977, e atualmente a mulher policial militar desempenha todas as atividades inerentes à PMPR, prestando inestimáveis serviços à comunidade em todas as regiões do Estado.

Mas o aumento de mulheres integrantes do quadro da PMPR é insignificante se comparado ao efetivo total da Corporação. Com efeito, o total de policiais militares femininas hoje é de 27 Oficiais, 5 Cadetes e 431 Praças. Esse efetivo, de aproximadamente 460 mulheres policiais militares, corresponde a cerca de 2,5% (dois e meio por cento) do efetivo total da PMPR.

Cumpra ressaltar que, em cidades como Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa e Guarapuava, desde a criação da Primeira Turma de Mulheres Policiais Militares, na década de 80, não houve mais recrutamento. De outra parte, a população dessas cidades cresceu e os problemas sociais aumentaram.

Em Curitiba e região metropolitana, onde o contingente feminino encontra-se sobrecarregado até porque existem atividades que somente a mulher policial militar pode executar, desde 1996 não havia novas inclusões. Ressalte-se que atualmente está em formação uma turma de 47 recrutas do sexo feminino e, em contrapartida, mil do sexo masculino.

Quer-se, com tais apontamentos, afirmar a necessidade de ampliação do efetivo de mulheres policiais militares e, também, de se conceder a estas a possibilidade de ascensão na carreira. Note-se que, durante os 25 anos de existência da Polícia Feminina, apenas uma Oficial alcançou o posto de Major, Oficial Superior da PMPR.

Sem dúvida, esta seria a forma justa e merecida de reconhecer os esforços e a enorme participação feminina da PMPR.

Por fim, cabe lembrar que o Paraná foi o segundo Estado da Federação a admitir o ingresso de mulheres nas fileiras da Polícia Militar. No entanto, a maioria dos Estados, principalmente os da Regiões Norte e Nordeste, que buscaram na Corporação Paranaense as diretrizes norteadoras para o recrutamento e a formação de mulheres, policiais militares, estão à nossa frente. No Estado de Rondônia, por exemplo, uma mulher ocupa o mais alto

posto da Polícia Militar, o de Coronel, e é a Comandante-Geral da Corporação daquele Estado.”

Acho importante no momento em que estamos discutindo um Estado mais avançado, mais moderno e mais democrático, que as mulheres não sejam cerceadas de participação na Polícia Militar pelo simples fato de serem mulheres.

Conto com a colaboração de todos os companheiros para que este nosso projeto seja aprovado, oferecendo assim um tratamento isonômico para homens e mulheres também nesta atividade que é a Polícia Militar do nosso Estado.

Muito obrigada.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Horário das Lideranças, PSB, Deputado José Domingos Scarpellini.

Liderança do PSB: Deputado José Domingos Scarpellini

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Esta Casa, na data de ontem, aprovou para que comparecesse aqui na data de amanhã, o Sr. Eduardo Requião, Diretor-Presidente do Porto de Paranaguá, que está sendo denunciado pela própria irmã, Lúcia Requião de Mello e Silva Arruda, por não remeter ao PROVOPAR, Programa de Voluntariado Paranaense, o dinheiro auferido com a varreção do Porto de Paranaguá que compreende as sobras de soja, de milho, de adubos e fertilizantes que provavelmente estão sendo vendidos ou estocados e que amanhã deverá dar conta desta situação, delicada que entendemos ser, pois, conforme denúncia feita pela presidente do PROVOPAR, Sra. Lúcia Requião, o dinheiro não foi repassado da autarquia portuária para esta instituição, que tem a finalidade de promover uma vida melhor aos menos favorecidos pela sorte no Estado do Paraná. Entendemos que esta ação do PROVOPAR não devesse ser apenas com aquilo que é mandado pelo Porto de Paranaguá. O que temos visto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é um descaso muito grande com esta instituição e desta para com a população mais carente, que está no interior do Paraná e que sempre contou com os Governos que aqui passaram.

Fui Deputado na época, no primeiro mandato, com o Governador Canet, em 75. Depois com o Governador Ney Braga. O Governador José Richa através da Dona Arlete fez um grande trabalho, que depois foi reeditado por Álvaro Dias. No primeiro Governo de Roberto Requião também a Dona Maristela desenvolveu um trabalho, que depois o Governador Mário Pereira contemplou a Sra. Marlene Casagrande Pereira, como uma

grande Presidente do PROVOPAR, em função de uma vontade de servir à população paranaense, o que hoje não acontece.

O que estamos vendo é uma preocupação do Governador Roberto Requião, com os assuntos da Granja do Canguiri, onde o Governador toma o seu tempo pelo menos duas horas por dia, para cavalgar com os seus amigos, enquanto o Estado do Paraná está a cobrar e à espera de uma solução, para o pedágio, que até agora não veio. Entendemos que o tempo de um Governador deva ser dedicado, não a cavalos e a cavalgadas, mas a problemas que afligem a população paranaense, como a fila no Porto de Paranaguá, que está afastando os exportadores, porque a fila do ano passado e a polémica da soja vêm afastando os exportadores brasileiros, de lá. Queremos solução para o pedágio, que o Governador disse que iria abaixar ou acabar e não aconteceu nada disso até agora.

O povo do Paraná espera um governador que tome decisões e que cumpra com os seus compromissos de campanha e não com cavalgadas na Granja do Canguiri.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PP. Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Cartário.

Liderança do PP: Deputado Geraldo Cartário

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados

A Região Metropolitana de Curitiba, na qual tive a honra de ser um dos Prefeitos, está recebendo por parte de S. Exa. o Governador do Estado, um volume de obras já licitadas pela Coordenação da Região Metropolitana, que o Secretário Metropolitano é o nosso Deputado Strapasson, que traz realmente valores que têm que ser destacados e divulgados.

Em Almirante Tamandaré, o valor total é de R\$ 6.269.000,00 reais. Ainda em Almirante Tamandaré, mais R\$ 9.487.000,00 reais.

Em Colombo, R\$ 3.503.000,00 e mais R\$ 4.874.000,00 reais.

Estrada do Ribeira, do Município de Curitiba/Colombo, R\$ 11.384.000,00 reais.

Trincheira da BR-116 no Atuba, em Pinhais, R\$ 4.022.000,00 reais. Ainda em Pinhais, R\$ 12.559.000,00 reais.

Prolongamento da Avenida Marechal Floriano, São José dos Pinhais, R\$ 6.319.000,00 reais.

Ainda na Fazenda Rio Grande, Município que me traz aqui para falar sobre ele R\$ 5.013.000,00 reais.

E ainda, Terminal do Guaraituba em Colombo, R\$ 2.297.000,00 reais.

Terminal da Roça Grande, R\$ 1.374.000,00 reais.

A soma total é de R\$ 114.000.000,00, para obras já licitadas. E aí me leva a trazer aqui um voto, se os Srs. Deputados assim aprovarem, ao Governador, Dr. Roberto Requião.

(Lê):

“REQUERIMENTO Nº 1069

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor e congratulações ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião pelos investimentos implementados em todo território paranaense, com destaque para a Região Metropolitana de Curitiba e, em especial, o Município de Fazenda Rio Grande, articulando os programas estaduais de ações sociais, como o Caminho da Roça e a Casa do Índio, e investindo recursos do Estado em pavimentação nas vias públicas, restauração e conservação de rodovias estaduais, saneamento básico, terminais rodoviários, canchas esportivas cobertas, além de entrega de ambulâncias, equipamento para o Corpo de Bombeiros, construção de escolas estaduais, postos de saúde, entre outras iniciativas que impulsionam a qualidade de vida da população paranaense.

Sala das Sessões, em 26.04.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Durante estes anos de Governo de Roberto Requião, o Paraná vem contemplando implantação de diversos programas de ações sociais e de implementação de infra-estrutura, como o maior programa que se encontra em curso: de restauração e conservação de rodovias estaduais em execução - através da Secretaria dos Transportes/DER - e que jamais foi realizado na malha viária paranaense, com gastos previstos de oitocentos milhões para recuperar quatro quilômetros de estrada, até o ano de 2006. Agora mesmo, o Governo está anunciando o início de obras de asfalto e terminais na Região Metropolitana de Curitiba, com investimento no valor de R\$ 114.188.405,40. Para a Fazenda Rio Grande, o aporte financeiro destinado é na ordem de cinco milhões para o asfalto. Isto lembrando que outros cinco milhões já fora destinados à construção de escolas estaduais e postos de saúde no Município.

A SANEPAR está investindo na Fazenda Rio Grande mais cinquenta milhões em construção de rede e tratamento de água, além da rede coletora de esgoto e estação de tratamento, cujo edital para concorrência internacional estará sendo lançado neste final de mês de abril.

E tam mais, o Paraná está solicitando mais R\$ 45,7 milhões junto ao Ministério das Cidades para obras de saneamento em Municípios da Região Metropolitana de Curitiba. Serão investidos nestes Municípios: R\$ 12,3 milhões para ampliação de sistema de água e R\$ 33,4 milhões em sistema de esgoto.

Outra iniciativa social: O Governador Roberto Requião quer uma participação mais ampla e efetiva da

Secretaria dentro do sistema penitenciário, com prioridade aos cursos profissionalizantes, pois a recuperação dos presos só é possível por meio da educação e do trabalho.

Tem ainda quatorze hospitais do Paraná que receberam mais de 1,5 milhão em equipamentos para gestão e nascidos de alto risco. A entrega simbólica foi feita no Palácio Iguaçu pelo Governador Roberto Requião e pelo Secretário da Saúde, Cláudio Xavier. Os equipamentos fazem parte do Programa de Geração de Alto Risco do Governo.

Este programa tem como objetivo diminuir os índices de mortalidade materno-infantil no Estado. Ao todo mais de seis milhões em equipamentos já foram distribuídos para hospitais em todo o Estado. Foram entregues quatro caminhões. Um deles irá para a Central de Medicamentos do Paraná CEMEPAR e os outros três para o Departamento de Material e Patrimônio da Secretaria. Os veículos serão utilizados para o transporte de equipamentos e medicamentos. O investimento para aquisição dos automóveis - armas e veículos - para a Segurança Pública (policiais civis, militares e Corpo de Bombeiros), e construção de canchas cobertas em vários Municípios do Estado também estão dentro do cronograma de atividades do Governo do Estado."

Era isso Sr. Presidente, agradecendo ao Governador por essa grande cifra de valores, de milhões, para o nosso Município de Fazenda Rio Grande, para a Região Metropolitana de Curitiba, e para o Paraná como um todo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PL; PTB; PSL; PPS.

(**Todas Declinam**)

PDT.

Com a palavra, o Deputado Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tenho subido a esta tribuna para fazer críticas ao Governo que aí está, mas não tenho nenhum constrangimento em vir hoje elogiar a sensibilidade da Casa Civil, através do Deputado Caíto Quintana, que atendendo a um requerimento aprovado por esta Casa, solicitou que este Deputado chamasse as principais lideranças da Polícia Civil, a fim de que fosse desmobilizado o movimento grevista que estava se consolidando em nosso Estado.

Agora há pouco fomos recebidos, juntamente com nove dirigentes que representam cerca de oito mil policiais da ativa e dos inativos comandados aí pelo SINCLAPOL, através do Paulo Martins; do SINDIPOL, com Ademilson Alves Batista; e Wilson Vila, representando a

União da Polícia Civil do Estado do Paraná. Para hoje estava programado em frente ao Palácio Iguaçu um movimento paredista que seria a sinalização de uma greve que prejudicaria todos os paranaenses, não apenas aqueles que, direta ou indiretamente estão relacionados à classe da segurança pública.

Temos, sim, que elogiar aqui essa atitude que, sem dúvida nenhuma, mostra uma sinalização positiva ao movimento que foi desmobilizado e que, portanto, deixou de ser realizado no dia de hoje.

O Secretário Caíto Quintana está em estudos na elaboração de um projeto para que uma tabela corrija a defasagem salarial de oito anos da Polícia Civil, uma perda de 56%. E nós, sem dúvida nenhuma, esperamos agora pelo pronunciamento do Governador que vai receber a planilha de estudos, em conjunto com as Secretarias da Administração, do Planejamento, da Fazenda e também da Segurança Pública.

É uma sinalização extremamente positiva e nós estamos aqui elogiando, principalmente a classe da Polícia Civil, que ao contrário de muitas outras até que estão em uma situação de estrangulamento também, mas que preferiram mostrar prudência e paciência até para que o Governo do Estado no mês que vem possa apresentar esse projeto de estudos e que venha contemplar essa classe esquecida, já que já tivemos aí melhorias para a Polícia Científica; há estudos para os professores, para os técnicos administrativos, para outras classes e também à Polícia Civil, que tem na sua emergência a questão da insegurança que tomou conta de todo o Estado, demonstrou, acima de tudo, e nós elogiamos a atitude de todos os Diretores, para que dêem mais este prazo, e esperamos que o Governo do Estado possa sinalizar de forma positiva, com um parecer favorável para que esta greve seja evitada e que o povo paranaense possa ter, acima de tudo, a dignidade do Governo em atender à reivindicação da classe da Polícia Civil.

Por isso nos resignamos e aqui viremos tantas vezes quantas forem necessárias para elogiar o Governo quando, na nossa modesta opinião, acertar. E também criticar, mas de uma maneira acima de tudo construtiva, não posição sistemática, burra ou acima de tudo mecânica, mas que neste momento merece o nosso elogio e esse movimento, que foi desmobilizado, poderia prejudicar a todos nós paranaenses.

Se não é uma vitória, pelo menos...

(**Término do tempo**)

Só para concluir, se não é realmente uma vitória, Ademilson, Paulo, Dr. Garret, Wilson, e todos os que estão aqui na tribuna, na tarde de hoje, pelo menos é a sinalização positiva demonstrando sensibilidade do Governo, para poder atender a esta reivindicação que é mais do que necessária. É justa, principalmente num momento terrível, que a segurança pública vem enfrentando em todo o nosso Estado, como é claro, a falta de policiamento, falta de estrutura, mas principalmente com a questão salarial que, sem dúvida nenhuma, compõe esta lista de reivindi-

cações para melhorar a questão da segurança pública em nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PFL; PT; PSDB.

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna no dia de hoje para fazer um comentário sobre um artigo escrito na Folha de São Paulo pelo professor de História da Universidade de São Carlos, um artigo que faz com que reflitamos o momento em que estamos vivendo, no País.

Inclusive, seria muito bom se eu merecesse aqui em especial a atenção do PT, porque o Editorial é bastante profundo e mexe com o Presidente Lula.

Ele diz o seguinte:

(Lê):

“Os Trabalhos e os Dias

Marco Antonio Villa

A agenda de trabalho de Luiz Inácio Lula da Silva causa estranheza e preocupação. Pelos compromissos listados, não se vê um presidente que tenha interesse nos assuntos administrativos, muito menos no estudo e enfrentamento dos grandes e graves problemas nacionais. Atividades são marcadas sem nenhum critério seletivo, como se a ação governamental causasse tédio e enfado ao primeiro-mandatário da República. A agenda de trabalho é pobre, desconexa e em vários dias está quase que totalmente vazia, como se o país estivesse vivendo em pleno ‘céu de brigadeiro’. Um exemplo é 6 de janeiro de 2004, quando teve dois compromissos: recebeu o Presidente do Flamengo e o da fábrica de pneus Michelin. Mas o pior estava por vir. Seis dias depois teve uma única audiência: com o Presidente do Clube do Choro de Brasília.

O entusiasmo pelo Fome Zero não passou de ‘fogo de palha’. O Presidente recebeu José Graziano, Ministro responsável pelo programa, três vezes no primeiro mês de governo. E só. Até a sua demissão, um ano depois, não foi recebido em audiência nenhuma vez sequer. Mesmo assim, a 3 de fevereiro de 2004, Lula fez questão de comemorar em palácio um ano do Fome Zero, apesar dos resultados pífios do programa, e uma semana depois inaugurou até a Expo Fome Zero.

Já a Ministra Emília Fernandes, responsável pela Secretaria Especial de Política para as Mulheres, teve a mesma sorte que a sua sucessora, Nilcéa Freire. Foram recebidas uma vez pelo Presidente. A agenda estava fechada para discutir os problemas enfrentados pelas mulheres; isso em um país sexista como o Brasil. Contudo, Lula teve tempo para receber duas vezes o cantor

Zeca Pagodinho e dar uma longa entrevista - nunca exibida - para o animador Ratinho, seu amigo pessoal.

O Nordeste sempre esteve presente nas lembranças sentimentais do Presidente. Pena que ficou somente nas lembranças. Em 2003, o Ministro Ciro Gomes, principal responsável pela política do Governo Federal na região, não foi recebido por Lula uma vez sequer. Somente deu seu ar da graça no terceiro andar do Palácio do Planalto no dia 13 de fevereiro de 2004, 408 dias após tomar posse no cargo. Um simples assessor especial de Lula, Marco Aurélio Garcia, teve o dobro das audiências formais do Ministro Ciro.

O cuidado no trato da coisa pública, marca que caracterizou o Partido dos Trabalhadores quando estava na Oposição, não parece estar entre as principais preocupações de Lula. Do Ministro Fernando Neves da Silva, Presidente da Comissão de Ética Pública, não há registro de audiência formal com Lula. Já Waldir Pires, da Controladoria Geral da União, como é identificado na estrutura do Palácio do Planalto, segundo o site oficial da Presidência, foi recebido duas vezes, nenhuma em 2003, mas como Ministro de Estado do Controle e da Transparência - estranha denominação de Ministério. Controle não se sabe de quê, transparência muito menos.

Os exemplos da incúria governamental são diversos. Em 28 meses de governo, segundo a agenda, não houve nenhuma reunião do Presidente com um grupo de Ministros para tratar de assunto relevante, um tema de interface dos Ministérios. Pelo contrário, quando ocorreram reuniões, foram de todo o Ministério - e são três dezenas de Ministros! Houve uma em janeiro de 2003, outras duas em fevereiro e março e uma quarta em maio do mesmo ano. Aí, sem nenhum aviso ou avaliação, acabaram-se as reuniões em 2003. Nove meses depois, em fevereiro de 2004, foi convocada nova reunião que se estendeu por dois dias, em dezembro. desta vez foram dezesseis horas de reunião, também sem resultados práticos.

O abandono das tarefas fundamentais de governo fica mais evidente quando consultamos os pronunciamentos públicos do Presidente. Em 2003 foram 279 e em 2004, 305. Dos discursos, 27% trataram de política externa. Em alguns meses saltaram para 50%, como novembro de 2003 e janeiro de 2004. É como se fôssemos uma potência imperial sem o saber. É provável que nem George W. Bush tenha tratado tanto de política externa como Lula. Contudo continuamos tendo papel irrelevante da política mundial e mantemos inalterada a nossa participação no comércio internacional.

No discurso do Presidente após a cerimônia de posse pode estar a resposta ao descaso administrativo. Disse que estava convencido de que hoje não existe, no Brasil, nenhum brasileiro ou brasileira mais conhecedor da realidade e das dificuldades que vamos enfrentar. Isto é, já sabia, antes de iniciar o governo, tudo o que deveria fazer, pois era o maior ‘conhecedor da realidade’. Mais diante falou: ‘Estou convencido e quero afirmar a vocês;

não existe, na face da Terra, nenhum homem mais otimista que eu'. Ou seja, ele não só já conhecia, como sabia de antemão o que realizar.

Sendo assim, de nada necessita: leitura, estudo, reuniões de trabalho, visitas aos locais das obras governamentais ou elaboração de planos. Nada. Tudo isso é perda de tempo. Como tem certeza messiânica da realização, não precisa da política.

Marco Antonio Villa, 49, é professor de história da Universidade Federal de São Carlos e autor de 'Jango, um Perfil (1945-1964)' (Editora Globo). marcovilla@uol.com.br"

Quer dizer, o Presidente Lula não tem tempo de receber Ministros, mas recebe o cantor Zeca Pagodinho!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Consulta V. Exa. se fará uso do Horário da Liderança da Oposição.

Passa a usar o Horário da Liderança da Oposição

O SR. VALDIR ROSSONI

Enquanto o Presidente tem tempo para receber o Clube do Choro de Brasília, num dia recebe o Clube do Choro; é muito trabalho! Seis dias depois, recebe o Zeca Pagodinho...

Eu gostaria de fazer uma pesquisa aos Parlamentares mais achegados ao Governo Lula: quantos Ministros tem o Governo Lula e quais são? Ministro, agora, parece que virou lojinha de esquina. Você não conhece mais Ministro!

Enfim, em resumo, o que diz o artigo, e eu não vou ter todo o tempo para ler, porque quero fazer um comentário. A grande verdade é que nós estamos tendo uma sorte fora do...

O Sr. Elton Carlos Welter (PT)

Permite-me um aparte, Deputado?

O SR. WALDIR ROSSONI (PSDB)

Logo a seguir, depois que V. Exa. conceder aparte ao Deputado Nelson Justus, que não teve o aparte pedido para V. Exa.

O Sr. Elton Carlos Welter (PT)

Não tive tempo, na oportunidade.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu também não terei tempo, porque estarei ocupado com o meu comentário.

Então, Srs. Deputados, a grande verdade é que este País tem um governo como forma de brincadeira. O Presidente da República, que durante seis dias recebe o Zeca Pagodinho - com todo o respeito que tenho ao Zeca Pagodinho - e deixa de receber o Ministro Ciro Gomes, que é o homem que cuida das políticas voltadas para o Nordeste; a

Emília Fernandes, que é bom que todos saibam que é a mulher das mulheres, que representa as mulheres, foi recebida uma vez pelo Presidente da República! É desta forma que ele trata as questões das mulheres, neste País!

É importante, vou pedir à minha assessoria - sei que não estou fazendo marketing da Folha de São Paulo e nem do Marco Antonio Vella, que é professor da Universidade Federal de São Carlos, que faz este comentário - mas é importante nos atermos. Como é triste! Ontem, cheguei em casa, no horário do Jornal das Oito. Não assisti ao Boris, porque ele é um pouquinho ácido. Digo: "vou assistir à Globo, que está muito macia com o Lula".

E aí, a Globo coloca o pronunciamento do Presidente Lula sobre juros! E aí, tem momentos em que você sente uma saudade enorme da cultura do Presidente Fernando Henrique, o qual estará no Paraná, hoje! Dá saudades! Presidente da República chamou a atenção da classe média brasileira, porque se o Presidente da República usou deste palavreado, eu posso reprisar. Posso ou não posso, Deputado Scarpellini?

Com a sua permissão: o Presidente da República repreendeu a classe média brasileira, que "não tira a bunda da cadeira para procurar um banco que tenha juros menores."

Meus amigos, este vocabulário nem nos finais de semana, quando estamos tomando a "Brahma do Zeca Pagodinho", temos que usar, junto com a nossa família, foi usado em rede nacional! Não sei com que objetivo a Globo colocou este pronunciamento, mas esta parte teria que ser cortada!

Pobres de nós, brasileiros, porque o Brasil - na verdade nos últimos três anos, se é uma coisa que o Presidente Lula tem, é um santo protetor muito forte, porque não houve uma crise no cenário mundial. Não houve uma crise que ele enfrentasse, a não ser a crise do Waldomiro, a crise do Zé Dirceu, essas crises de problemas administrativos e de falcaturas, mas não houve uma crise cambial, comercial.

O último passeio do Presidente Lula, foi no velório do Papa. O seu Ministro da Indústria e Comércio, Furlan, achou o passeio um absurdo, e resumiu da seguinte forma: "Foi uma viagem de blábláblá". Enfim, um passeio desagradável para os brasileiros. É preciso que a Nação brasileira comece a levantar contra esses absurdos. A fala do Presidente da República envergonha os brasileiros, principalmente aqueles que estão apegados à leitura, ao estudo.

Que brincadeira é essa? Que charme é esse? Fazer citações e chamar a atenção da classe média que não levanta o traseiro da cadeira para procurar um novo Banco?! Ele não conhece Banco. Todos sabemos que o sujeito, quando está engatado com um Banco, não pode sair daquele Banco, porque no outro já está cancelado o seu crédito.

Qualquer pessoa que trabalha com Banco, observou ontem, apesar do vocabulário medíocre, o desconhecimento da questão de juros no Brasil.

Gostaria de subir aqui e fazer elogios ao Presidente da República, mas é chegado o momento de fazer críticas para que ele pense antes de falar, senão, a cada dia que passa, ele envergonha mais os brasileiros! Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Horário do PMDB, Deputado Rafael Greca.

Liderança do PMDB: Deputado Rafael Greca

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É vergonhoso com a ALL e as outras concessionárias de ferrovias, após as privatizações no Brasil, têm destruído e feito vender, como sucata, estradas de ferro por inteiro. As concessões são para o serviço de transporte de cargas e de passageiros, não são para desmanches das ferrovias!

Uma pesquisa rápida mostra que a ALL já desmanchou a ferrovia entre Marques Reis, Jacarezinho, Siqueira Campos, Wenceslau Braz, e ainda para o Oeste no ramal Wenceslau Braz-Lisímaco Costa. O desmanche prosseguiu no trecho Jaguariaíva-Raul Mesquita e do ramal para Noroeste Raul Mesquita-Ventania-Harmonia. Trilhos e dormentes também foram arrancados desde Raul Mesquita, Castro, Ponta Grossa, Engenheiro Gutierrez até Marechal Malet e até União da Vitória. Prosseguindo a destruição desde Porto União, por dentro de Santa Catarina, até Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul, passando por Caçador, Videira e Herval do Oeste. E ainda, no ramal da Vitória - Rio Negro, passando esse trecho por Santa Catarina nas imediações de Canoinha, sem falar que também desativaram o trecho Maringá - Jussara - Cianorte e tem abandonado o trecho Morretes - Antonina. Isso é assustador porque superestruturas, infraestruturas ferroviárias, são para sempre! O metrô de Buenos Aires, é de 1916; o de Nova York, o de Londres e o de Paris são da primeira metade ou começo da segunda metade do século XIX; o bonde de Roma é absolutamente arcaico e funciona e também funciona toda malha ferroviária inglesa dentro da Índia.

Um dia eu perguntei para o Sr. Sherwood, dono do Copacabana Palace e dos trens OrienteExpress, o que faltava para por um OrienteExpress no Paraná ou no Brasil. Eu era Ministro do Turismo e o Sr. Sherwood disse-me que se tivesse uma ferrovia desativada, ele colocaria um trem OrienteExpress. Pelo jeito não vai sobrar nenhuma.

A fazenda do Abelardo Lupion comprou os piquetes para o leilão de cavalos e bois com trilhos da estrada de ferro! É moda, na arquitetura, fazer de dormentes de estrada de ferro detalhes arquitetônicos. Quero perguntar: por que desperdiçar? Por que não deixar a ferrovia para que um dia ela volte a ser econômica? A concessão é para desmanchar ou é para manter a malha ferroviária da Nação?

Aqui, na Capital do Estado, há o discutível projeto de acabar com o ramal Curitiba - Tamandaré - Rio Branco do Sul - Cerro Azul. Eu, Prefeito novamente, colocaria ali o transporte de massa, como sonha o arquiteto Lolô Cornelsen, e não destruir a ferrovia porque de vez em quando um mal humorado coloca na coluna do leitor, da Gazeta do Povo, que o apito do trem acorda os vizinhos do Bairro do Cristo Rei!

Desmanchar ferrovias é de uma estupidez rotunda, uma estupidez que lesa a Nação porque a ferrovia pode permanecer até que um dia alguém se interesse, de novo, pelo trecho.

Por isso que estou pedindo à Assembléia que aprove um projeto de lei que proponha a conservação das ferrovias como patrimônio da Nação e do Estado, mesmo quando ditas antieconômicas pela ALL.

Se as concessionárias não têm delegação para desmanchar o patrimônio da Nação, quando tiver que remover um ramal ferroviário tem que ser ouvido o Governo Estadual, através do Patrimônio Histórico e da Secretaria dos Transportes, e a Prefeitura local, não têm que sair desmanchando ferrovias!

É assustador o desmanche das ferrovias dentro do Paraná e um crime contra o Paraná!

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Agradeço, Deputado Rafael Greca. Parece-me que o seu pronunciamento merece atenção da Rede Ferroviária Federal.

Que seja encaminhado o seu pronunciamento para Rede Ferroviária Federal, para o Ministério dos Transportes, para que Brasília possa escutar e possa ler o seu pronunciamento e, naturalmente, determinar que se faça uma fiscalização neste sentido.

Aliás, Deputado Greca, além de destruírem as nossas ferrovias, os custos que estão hoje do nosso transporte, da nossa produção, são praticamente iguais aos do transporte rodoviário ou hidroviário.

Nós precisamos que o Governo Federal tome essa iniciativa e o seu discurso de hoje, certamente...

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Enquanto a rede não acaba, Deputado Beraldin, porque há uma medida provisória no Congresso que está, inclusive, tramitando com recurso ao Supremo, aonde o Presidente da República pede a anuência do Congresso para extinguir a Rede Ferroviária Federal.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

E mais um assunto ainda, Deputado Greca. Eu vou seguidamente para os Campos Gerais e encontro, nas casas, pilhas de dormentes.

De onde compraram esses dormentes?

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Da Estrada de ferro São Paulo - Rio Grande que foi toda desmanhada.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Isso é um absurdo.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Só para terminar, Sr. Presidente. O apelo para que no *vocatio legis* ou no vazio da legislação a Assembléia do Paraná proteja as ferrovias, até para preservá-las para uso turístico ou futuro uso econômico.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Um aparte Deputado.

(Assentimento)

Deputado Rafael Greca, estou atento ao seu pronunciamento; acho-o muito oportuno, importantíssimo para o momento histórico que estamos vivendo nesse desmanche das ferrovias.

Não é só a Rede Ferroviária Federal aqui com a ALL, mas também em relação a essa ferrovia que vai de Guarapuava a Cascavel, que está paralisada, que a companhia que comprou não tem como tocar a sua movimentação de áreas de transportes.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Ferrovia Central do Paraná.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Não, a Central é de Ponta Grossa a Apucarana. Aquela é a FERROESTE.

Mas, Deputado Rafael Greca, V. Exa. contribui com a sua cultura e com o seu pensamento ilustre para melhorar sempre os Parlamentos, e nesta tarde engrandece esta Casa.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Muito obrigado.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Gostaria de dizer, Deputado Rafael Greca, que quando foi feita a privatização da ALL, que comprou do Governo Federal ou ganhou, V. Exa. era o Ministro do Governo que privatizou, era Deputado Federal pelo Paraná.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Não é verdade! Isso aconteceu antes do meu mandato como Ministro.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

A privatização veio no momento que o senhor era Deputado Federal. Portanto, não quero culpá-lo, não quero apenas colocar que o Brasil muitas vezes perde as coisas mais importantes que tem, entregando às empresas que não se sabe como é que foram arquitetadas ou montadas para essas privatizações.

Nós, então, temos a lamentar que tenha acontecido um desmanche desses, que tenha tido um crime praticado contra a economia do povo brasileiro.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Jamais mudei de opinião sobre a importância da manutenção das infra-estruturas no sentido de que sejam usadas para o bem do País.

Repito: concessão, é de transporte. A privatização, é do serviço de transporte, não é para desmanche do patrimônio público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Parabéns, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Antes de iniciarmos o processo de apoio aos projetos apresentados, queremos saudar os alunos do pós-graduação em Administração Pública da Faculdade Bagozzi e o Professor Márcio. As nossas boas-vindas e a nossa satisfação de recebê-los nesse Poder Legislativo, que é a Casa de todos os paranaenses.

Cumprimentar também o Vereador Iroslau, de Prudentópolis, o ex-Vereador Osmar e o radialista Gustavo, a pedido do Deputado Neivo Beraldin.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do Deputado Miltinho Pupio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Deputados Natálio Stica e Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Arlete Caramês, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1070 de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando autorização para representar a Assembléia Legislativa em missão oficial, nos dias 09, 10 e 11 de maio, quando estará participando das comemorações do 58º aniversário da Cidade de Maringá e também dos 35 anos de fundação da UEM - Universidade Estadual de Maringá, sem ônus para a Assembléia Legislativa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 723/2003, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que dispõe sobre a proibição da interrupção no fornecimento de energia elétrica aos consumidores residenciais em inadimplência no Estado do Paraná nas datas que especifica e normatiza a suspensão nas seguintes condições. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, COM SUBSTITUTIVO GERAL. PARECER FAVORÁVEL COPTC, COM SUBSTITUTIVO GERAL. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Emenda. **Aprovada.**
Projeto. **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 337/2004, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Filantrópica SEMEAR de Medianeira, com sede e foro no Município de Medianeira. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 464/2004, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Arte e a Cultura - APAC de Sertãoópolis, com sede e foro no Município de Sertãoópolis. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 132/2005, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do

Jardim Alvorada, de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 133/2005, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Basquetebol Masculino de Toledo, com sede e foro na Cidade de Toledo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 152/2005, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública a Associação de Amparo às Famílias Carentes com Tuberculose - AACT, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 166/2005, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, que declara de Utilidade Pública a AOPA - Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia do Município de Curitiba, com sede e foro neste Município. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 007/2005, de autoria a Comissão de Tomadas de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de março de 2005, Resolução nº 003/2004. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 450/2004, de autoria do Deputado Elio Rusch, que integra à malha rodoviária do Estado, o trecho rodoviário que especifica, no Município de Marechal Cândido Rondon. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 112/2004, de 20.11.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 450/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 450/2004, de autoria do Deputado Elio Rusch, visa integrar à malha rodoviária do Estado, o trecho rodoviário da sede municipal de Mercedes à sede distrital de Porto Mendes, no Município de Marechal Cândido Rondon.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, verificamos que a mesma está em acordo

com a constitucionalidade e legalidade e normas legislativas.

Sendo assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 22.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 450/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 450/2004, de autoria do Deputado Elio Rusch, visa integrar à malha rodoviária do Estado, o trecho rodoviário da sede municipal de Mercedes à sede distrital de Porto Mendes, no Município de Marechal Cândido Rondon.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável à proposição na forma apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.04.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 027/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que dispõe sobre a estadualização do acesso rodoviário PR-170, também conhecido como Rodovia Florindo Picoli, compreendido entre o trevo do Bairro Bela Vista até a sede do Município de Cambira. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2005, de 21.02.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 027/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Exmo. Deputado Artagão Júnior, dispõe sobre a estadualização do acesso rodoviário PR-170, também conhecido como Rodovia Florindo Picoli, compreendido entre o trevo do Bairro Bela Vista até a sede no Município de Cambira.

Fundamentação

O projeto em epígrafe se justifica, de um lado, diante da importância do trecho rodoviário municipal que se busca estadualizar, uma vez que por ele é escoada a produção agrícola daquela região, importando assim em intenso tráfego de veículos pesados e conseqüente desgaste da malha rodoviária; de outro lado pelo fato de que com a estadualização do referido trecho, passa ao Estado o ônus da sua conservação, subtraindo assim do Município essa responsabilidade, o que certo dará condições para que este invista em outros setores da Administração,

tais como saúde, educação, saneamento básico, habitação, etc.

De outro lado, a localidade passará a contar com mais investimentos e conseqüente crescimento econômico.

Conclusão

Diante do acima exposto, somos favorável ao projeto de lei na forma apresentada.

Sala das Comissões, em 22.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 27/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei de iniciativa do Deputado Artagão Júnior, dispõe sobre a estadualização do acesso rodoviário PR-170, também conhecida como Rodovia Florindo Picoli, compreendido entre o trevo do Bairro Bela Vista até a sede do Município de Cambira.

Voto do Relator e Fundamentação

O referido projeto de lei objetiva estadualizar a Rodovia Florindo Picoli, localizada entre o trevo do Bairro Bela Vista até a sede do Município de Cambira, tendo em vista o fato de tratar-se de trecho rodoviário municipal por onde passa toda a produção agrícola da região, com grande tráfego de veículos pesados, com alto índice de desgaste da malha viária, o que onera em demasia o referido Município.

Conclusão

Sendo assim, pelos motivos expostos, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 027/2005, de iniciativa do Deputado Artagão Júnior, no que se refere à Comissão de Finanças.

Sala das Comissões, em 30.03.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 27/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 027/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, dispõe sobre a estadualização da Rodovia Florindo Picoli, compreendido entre o trevo do Bairro Bela Vista até a sede do Município de Cambira

A matéria recebeu pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças.

Trata-se de medida para melhorar as condições de tráfego na região, proporcionando desenvolvimento ao Município de Cambira.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 27/2005.

Sala das Comissões, em 19.04.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 058/2005, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a doar lote de terreno à Prefeitura de Itapejara d'Oeste, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 007/2005, de 01/03/2005)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 058/2005

P A R E C E R :

O projeto visa autorizar o Executivo a doar lote de terreno à Prefeitura de Itapejara d'Oeste.

Trata-se apenas de autorização e não de determinação. Caso o Executivo desejasse fazer tal doação necessitaria de autorização. Não vemos nenhum óbice para que o autor se antecipe.

Entendemos, também, que não existe nenhuma inconstitucionalidade para que o Executivo venha vetar. Cabe ao Legislativo, nestes casos, autorizar ou não autorizar; é prerrogativa da Casa. Esta situação é diferente daquela em que o Executivo não depende de autorização e o projeto não teria sua razão de ser.

O parecer é favorável. Suprima-se apenas a expressão "revogadas as disposições em contrário", do artigo 3º, pois tais disposições não foram explicitadas.

Sala das Comissões, em 16.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

AILTON ARAÚJO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 058/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 58/2005, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, autoriza o Poder Executivo a doar lotes de terreno à Prefeitura de Itapejara d'Oeste conforme especifica.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Segundo o autor da matéria, o Município construirá as unidades habitacionais com recursos próprios.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 058/2005.

Sala das Comissões, em 19.04.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 090/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 05/2005, que autoriza o Poder Executivo promover a regularização aos seus ocupantes dos imóveis rurais e urbanos, conforme específica (desapropriação). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 011/2005, de 14/03/2005 - em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 090/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei deriva-se da Mensagem nº 005/2005, do Chefe do Poder Executivo Estadual e pede a autorização deste Poder Legislativo para promover a regularização de imóveis rurais e urbanos, localizados na Gleba nº 21 - Colônia Paranavaí, partes 1, 2, 3, 4, 5 e 6 e o Patrimônio Porto São José, representados pelas matrículas nºs 22.222, 22.223 e 22.224, do Registro de Imóveis da Comarca de Loanda / PR, e todos localizados no Município de São Pedro do Paraná.

A proposição dispõe que caberá ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, promover a referida alienação da forma estabelecida na redação do projeto de lei, bem como a concessão da devida escrituração, observados os termos das Leis nºs 7055/78 e 7264/78.

Voto do Relator e sua Fundamentação

A proposição atende exigência constitucional de obter prévia autorização desta Casa de Leis para fins de alienar bens imóveis do Estado, com a devida justificação que o acompanha.

Nada encontramos que possa obstar a sua regular tramitação, estando ainda em conformidade da boa técnica legislativa.

Conclusão

Destarte, somos de parecer favorável à proposição da Mensagem Governamental que objetiva a autorização deste Legislativo para o Executivo Estadual regularizar os referidos imóveis e promover a alienação dos mesmos na forma proposta.

Sala das Comissões, em 12.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 090/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 090/2005, deriva da Mensagem nº 005/2005, do Chefe do Poder Executivo Estadual e pede a autorização do Poder Legislativo para promover a regularização de imóveis rurais e urbanos localizados na Gleba nº 21 - Colônia Paranavaí, partes 1, 2, 3, 4, 5 e 6 e o Patrimônio Porto São José, representados pelas matrículas

culas nºs 22.222, 22.223 e 22.224, do Registro de Imóveis da Comarca de Loanda / PR, e todos localizados no Município de São Pedro do Paraná.

Fica disposto que caberá ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, a promoção da referida alienação na forma estabelecida na redação do projeto de lei, bem como a concessão da devida escrituração, observados os termos das Leis nºs 7055/78 e 7264/78.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável à proposição da forma apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.04.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 091/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 06/2005, que autoriza o Poder Executivo doar à COHAPAR os imóveis localizados no Município de Cascavel, conforme especifica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 011/2005, de 14/03/2005, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 091/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei deriva-se da Mensagem nº 006/2005, do Chefe do Poder Executivo Estadual e pede a autorização deste Poder Legislativo para promover a doação de imóveis urbanos que especifica, localizados no Município de Cascavel, para a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR.

A finalidade da referida transferência de propriedade de imóveis do Estado para a referida Companhia de Habitação é para os mesmos serem utilizados em programa de habitação, denominado "Casa do Servidor".

Dispõe ainda que em caso de não ser destinado exclusivamente para a finalidade proposta, os referidos imóveis retornarão ao patrimônio estadual, ficando ainda gravados com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Voto do Relator e sua Fundamentação

A proposição atende exigência constitucional de obter prévia autorização desta Casa de Leis para fins de alienar bens imóveis do Estado, com a devida justificação que o acompanha.

Nada encontramos que possa obstar a sua regular tramitação, estando ainda em conformidade da boa técnica legislativa.

Conclusão

Destarte, somos de parecer favorável à proposição da Mensagem Governamental que objetiva a autorização deste Legislativo para o Executivo Estadual regularizar

os referidos imóveis e promover a alienação dos mesmos na forma proposta.

Sala das Comissões, em 12.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 091/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 091/2005, deriva da Mensagem nº 006/2005, do Chefe do Poder Executivo Estadual e pede a autorização deste Poder Legislativo para promover doação de imóveis urbanos que especifica, localizados no Município de Cascavel, para a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR.

A finalidade da transferência de propriedade dos imóveis do Estado para a COHAPAR tem por objetivo utilização em programas da habitação, denominado "Casa do Servidor".

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável à proposição da forma apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.04.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 114/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 08/2005, que autoriza a transferência de recursos provenientes do superávit financeiro do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, para o Orçamento Próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA MODIFICATIVA DA CCJ E ADITIVA DA CF. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA nº 014/2005, de 16/03/2005, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 114/2005
MENSAGEM DO GOVERNO Nº 008/2005

P A R E C E R :

Trata-se a proposição de mensagem do Poder Executivo, sob nº 008/2005, onde dispõe sobre a Transferência de Recursos do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, apurado no Balanço Patrimonial no exercício de Junho de 2004, no valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), para o Orçamento Próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Da Motivação

A referida transferência do montante acima mencionado, será destinada à recuperação de estradas no Estado do Paraná, conforme Mensagem do Executivo nº

008/2005, conforme consta no corpo do Projeto de Lei nº 114/2005.

Da Constitucionalidade

Não havendo óbice quanto à origem e nem defeito nas técnicas legislativas, tampouco quanto à competência, esta Comissão, chamada a opinar, não encontrou nenhuma irregularidade na matéria, razão pela qual o parecer submetido à apreciação dos demais membros desta Comissão de Constituição e Justiça é pela aprovação da referente Mensagem, viabilizando assim a sua tramitação.

Sala das Comissões, em 29.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 114/2005

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 114/2005, oriundo da Mensagem Governamental nº 08/2005, altera a redação do seu artigo 3º, conforme segue:

Art. 1º ...

...

“Art. 3º Os recursos de que trata o artigo 1º desta lei, deverão ser utilizados na melhoria das rodovias, quer seja para construção, restauração, recuperação ou conservação, ficando vedada a sua utilização nas estradas pedagiadas ou naquelas em que haja ou esteja sendo feito estudo para a implantação de pedágio.”

Sala das Comissões, em 29.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

Apoio:

André Vargas, Duílio Genari, Ângelo Vanhoni,
Padre Paulo Campos, Barbosa Neto, Ailton Araújo
e Ratinho Júnior.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 114/2005

P A R E C E R :

O presente plano de lei é de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 008/2005, que autoriza a transferência de recursos provenientes do superávit financeiro do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, para o orçamento próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Tal matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável.

Esta Comissão de Finanças chamada a opinar, conforme preceitua o parágrafo 3º do artigo 3º do Regimento Interno, verificou que o projeto em questão consulta aos interesses da comunidade.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável ao projeto em tela, opinando-se pela sua aprovação, com a inclusão da Emenda Aditiva.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.04.2005.

(a) ELIO RUSCH
Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 114/2005

P A R E C E R :

A presente Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 114/2005, objetiva acrescentar artigo onde couber, com a seguinte redação:

“Art.... - Serão destinados recursos necessários à construção da pavimentação definitiva do acesso da sede municipal de Quatro Pontes, começando na Avenida Presidente Epitácio, saída ao Município de Marechal Cândido Rondon, ao encontro da PR-163 (Rodovia Toledo a Marechal Cândido Rondon via Dois Irmãos - até o Posto da Polícia Rodoviária Estadual de Quatro Pontes - em construção).

Sala das Comissões, em 25.04.2005.

(a) ELIO RUSCH
Presidente e Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 117/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 09/2005, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel de propriedade do Estado do Paraná, ao Município de Santo Inácio. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. Aprovado. (Publ no DA nº 017/2005, de 28/03/2005 - Mensagem).**

PROJETO DE LEI Nº 117/2005 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a Cessão de Uso, ao Município de Santo Inácio, do imóvel constituído pela data nº 12, quadra 17, com total de 1.000,000 m2, contendo área edificada de 165,32m2, na Avenida Raposo Tavares s/n, matriculado sob nº 5.400 no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Colorado.

Art. 2º A presente cessão terá vigência até 31 de dezembro de 2006, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes, devendo o imóvel cedido ser usado para sediar repartições municipais.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16.03.2005.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 117/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 117/2005, visa autorizar o Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel de propriedade do Estado do Paraná ao Município de Santo Inácio.

A iniciativa é do Executivo e a finalidade é para sediar repartições municipais, não havendo, portanto, nenhum impedimento legal ou constitucional.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 05.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
AILTON ARAÚJO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 117/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 117/2005, de autoria do Poder Executivo, autoriza a cessão de uso do imóvel ao Município de Santo Inácio.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Segundo a mensagem governamental, o imóvel será utilizado para abrigar repartições municipais.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 117/2005.

Sala das Comissões, em 01.04.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1056 de autoria dos Deputados Luiz Carlos Martins, Plauto Miró Guimarães, Valdir Rossoni e demais Deputados, constantes do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão, para a próxima Sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1063, de autoria dos Deputados Ademar Traiano, Elio Rusch, Luiz Carlos Martins, Valdir Rossoni e Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão, para a próxima Sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1069, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exa. registrasse o meu voto contrário ao requerimento do Deputado Geraldo Cartário.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Eu também voto contra.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Eu também voto contra.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Eu também voto contra.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado os votos de V. Exas.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Apenas para justificar o nosso voto, Sr. Presidente, é porque eu não tenho pelo que duvidar da palavra do Deputado Geraldo Cartário, que tem de mim muito respeito e admiração. Louvo-o por essas conquistas para a sua cidade e para a sua região, mas voto contrário porque isso não está acontecendo nas regiões que eu represento.

Por esta razão, Sr. Presidente, eu voto contrário e também os Deputados de Oposição.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Justificativa de Voto**)

Sr. Presidente, não é nada contra a figura do Governador Roberto Requião, respeitamos inclusive, a atitude do Deputado Geraldo Cartário, porém na nossa região Londrina, Maringá, por exemplo, nós não tivemos nenhum centavo sequer, para a instalação da região metropolitana, ou mesmo Cascavel, Foz do Iguaçu.

Então, não seria justo, já que o Governador tem uma visão estratégica e sabe perfeitamente que a concentração de recursos em uma determinada região acaba sendo desfavorável à medida que concentra e não descentraliza e, principalmente, porque não prioriza até mesmo o discurso de campanha dizendo que iria dar uma prioridade às regiões onde o índice de desenvolvimento humano, o IDH, fosse o mais baixo.

Sabemos, através da comprovação e inclusive levantamento do próprio IPARDES, que é justamente a Região Metropolitana de Curitiba que possui os maiores índices de desenvolvimento humano.

Nós respeitamos a Capital, o seu povo, a região metropolitana, mas existe também aquele princípio da isonomia que é sempre defendido aqui por outros Deputados e que por isso é que nós vamos pela coerência, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimentos n°s 1039 e 1040, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1041 a 1050, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1052, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1053 e 1054, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1059 e 1062, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1064, 1065 e 1071, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1073, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Ordem do Dia da Próxima Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 003, 004, 028 e 033/2005.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 050 e 107/2005.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 450/2004.

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 543/2003 e 040/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 027, 058, 090, 091, 114 e 117/2005; e do Projeto de Resolução n° 004/2005.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 009/2004.

Levanta-se a Sessão.

